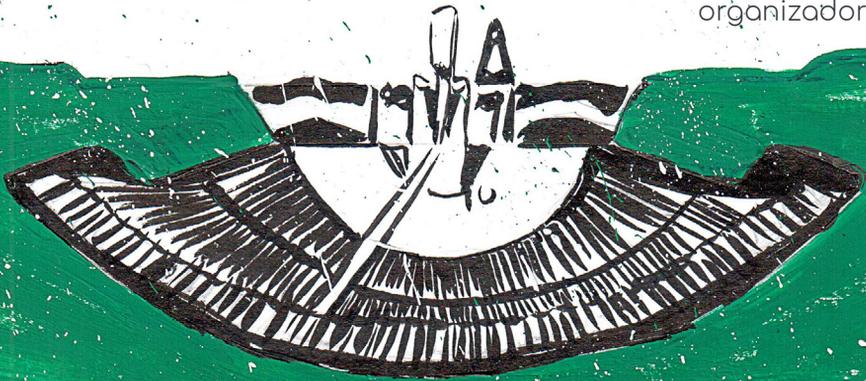




MEMÓRIAS DO JORNALISMO NO RIO GRANDE DO NORTE

Gustavo Sobral
Juliana Bulhões
organizadores



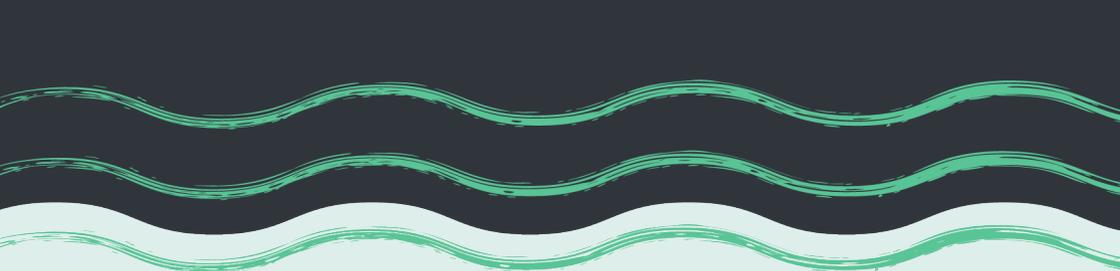


Natal 420 anos

O livro **Memórias do Jornalismo no Rio Grande do Norte**, faz parte do projeto **Natal 420 anos**, enquadrado no Programa Municipal de Incentivos Fiscais a Projetos Culturais Djalma Maranhão e patrocinado pelo Colégio CEI – Romualdo Galvão. A idealização do projeto remete ao quadragésimo vigésimo ano de fundação da Cidade de Natal, o qual será

comemorado em 2019 e, além de *Potiguaçu*, outros títulos irão destacar as temáticas e os pesquisadores da cidade.

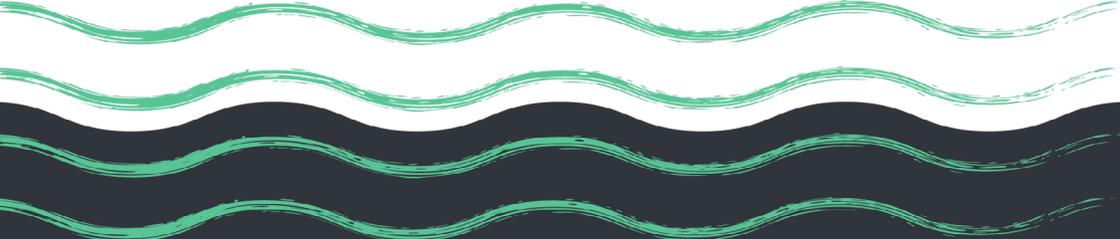
O projeto **Natal 420 anos** se apresenta como uma parcela de acréscimo à história de Natal, fundada a 25 de dezembro, que também recebeu, segundo Câmara Cascudo, em *História da Cidade do Natal* (3ª edição, 1999, páginas 53 a 55, IHGRN),



os nomes de Cidade do Natal do Rio Grande, Cidade dos Reis, Natal los Reis ou Rio Grande, Natal ó los Reys, Cidade Nova, Ciudad Nova, Cidade de Santiago, New Amsterdam, Nova Amsterdã, ou simplesmente Amsterdã, Natalópolis e Vila de Natal.

Aquela cidade, fundada em 1599 e que, “com quinze anos de vida, [...] tinha maior nome que número de moradas” (CASCUDO, 1999, p. 52), hoje se estende por uma área de 167.264 km² com trinta e seis bairros (PMN, Bairros, 2ª edição, 2010) e possui uma população estimada de 885.180 pessoas (IBGE, 2017). Em 2015, ainda segundo o IBGE, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 38,8%, conferindo-lhe a ducentésima décima segunda posição no país; a taxa de escolarização (para pessoas com idade de 6 a 14 anos) era de 96,3% em 2010, o que a posicionava na quatro milésima trecentésima quinquagésima nona posição no país, e a taxa de mortalidade infantil média na cidade era de 12,06 para mil nascidos vivos, colocando-a na posição duas milésima septingentésima vigésima sétima no Brasil.

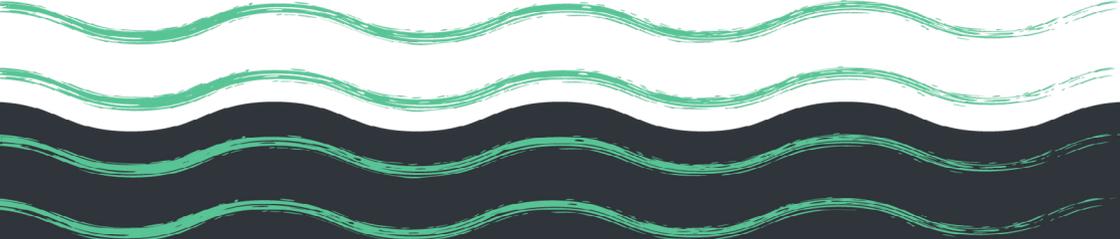
O projeto **Natal 420 anos** contribuirá para registrar parte da história da cidade e o trabalho de grandes e significativos pesquisadores, deixando para as gerações futuras o registro de sua memória.



Organizadores

Gustavo Sobral é jornalista e escritor, mora e vive em Natal/RN, esquina do continente, de onde observa o mundo. Autor e organizador de diversos livros, ensaios e artigos, dedica-se ao estudo de temas culturais diversos. Jornalismo, literatura, história, memória estão dentre as suas áreas de interesse. Sobral já escreveu sobre arquitetura moderna, sobre o artista Newton Navarro, do qual estudou a obra, e sobre jornalismo cultural (tema de sua dissertação de mestrado) entre outros temas. Compôs um primeiro livro de depoimentos, propondo uma quase-biografia de Newton Navarro, e o resultado foi o livro Saudade de Newton Navarro, em co-organização com Angela Almeida e Helton Rubiano. Interessado pela cultura brasileira e pela vida na sua cidade Natal, passou a reunir toda a sua produção de textos e de desenhos no seu site pessoal: www.gustavosobral.com.br. Memória do Jornalismo do Rio Grande do Norte é mais um trabalho que, acredita, precisava ser contado.

Juliana Bulhões é jornalista e radialista formada pela UFRN. Fez mestrado em Estudos da Mídia na mesma instituição, especialização em Assessoria de Comunicação na Universidade Potiguar



e agora cursa doutorado em Comunicação na Universidade de Brasília. Por causa da pesquisa doutoral sobre condições de trabalho do jornalista, hoje se divide entre as cidades de Natal e Brasília. Atuou oito anos como assessora de imprensa em Natal e também foi realizadora audiovisual – mas o que a interessa mesmo hoje é a docência. Foi professora substituta na UFRN e na UnB, além de outras instituições de ensino. É uma das organizadoras das obras *Crítica descentrada para o senso comum: amostragem da reflexão acerca da comunicação contemporânea* realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012) e *Olhares contemporâneos sobre a comunicação: linguagens, narrativas, práticas, mediações* (2015), além de ter colaborado em outras publicações.

MEMÓRIAS DO JORNALISMO NO RIO GRANDE DO NORTE

Gustavo Sobral
Juliana Bulhões
organizadores

1ª Edição
Natal/RN
2018

Copyright © Gustavo Sobral e Juliana Bulhões, 2018

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n.º 9.610 de 19/02/1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, do autor.

1ª edição

Catálogo da Publicação na Fonte:
Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva. CRB-15/692.

Memórias do jornalismo no Rio Grande do Norte [recurso eletrônico] / Gustavo Sobral e Juliana Bulhões; José Correia Torres Neto (Editor); Veronica Pinheiro da Silva, Camila Maria Gomes e Valnecy Oliveira Corrêa Santos (Revisoras); Amanda da Costa Marques (Projeto gráfico e diagramação); Fernanda Beatriz Souza de Oliveira (Diagramação). – Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.
250 p. 1 PDF.

ISBN 978-85-69247-72-2

1. Jornalismo. 2. Natal. 3. Memórias. I. Sobral, Gustavo. II. Bulhões, Juliana. III. Torres Neto, José Correia. IV. Silva, Veronica Pinheiro da. V. Gomes, Camila Maria. VI. Santos, Valnecy Oliveira Corrêa. VII. Marques, Amanda da Costa. VIII. Oliveira, Fernanda Beatriz Souza de.

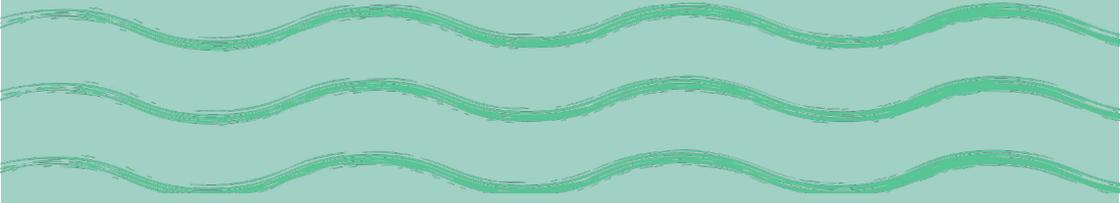
CDU 070
M533

Direitos reservados a Gustavo Sobral e Juliana Bulhões

Natal – Rio Grande do Norte – Brasil
2018

CONSELHO EDITORIAL - SÉRIE HUMANIDADES I

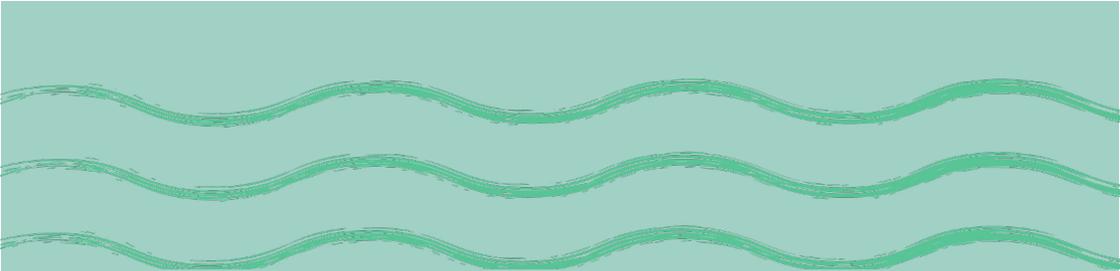
- João Bosco Araújo da Costa
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – **Presidente**
- Alessandro Galeno Araújo Dantas
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Daniel Menezes
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Francisco Alencar Mota
(Prof. Dr. da Universidade Estadual Vale do Acaraú)
- Jacimara Villar Forbeloni
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal Rural do Semiárido)
- Jessé de Souza
(Prof. Dr. da Universidade Federal Fluminense)
- Joana Aparecida Coutinho
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Maranhão)
- Joana Tereza Vaz de Moura
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- João Emanuel Evangelista
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- José Antonio Spinel Lindozo
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Maria Conceição Almeida
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Maria Ivonete Soares Coelho
(Prof.^a Dr.^a da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)
- Norma Missae Takeuti
(Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Vanderlan Francisco da Silva
(Prof. Dr. da Universidade Federal de Campina Grande)



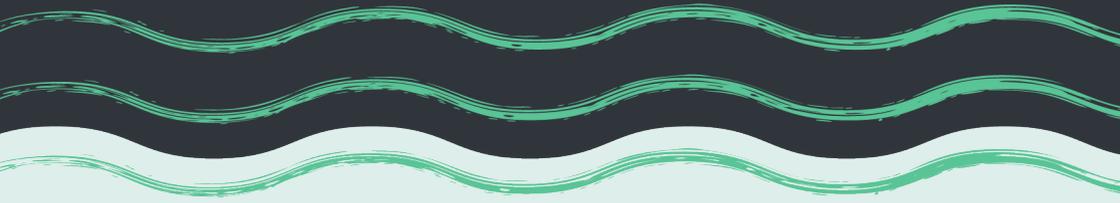
Essa história

Juliana Bulhões

De que forma podemos encontrar registros da história do jornalismo do Rio Grande do Norte? A partir dessa pergunta-problema, desencadeamos a pesquisa que aqui se apresenta em forma de livro. A resposta foi mais complexa do que o previsto e esbarrou em outra pergunta: afinal, o que é ser jornalista? Tomamos como marco inicial da imprensa brasileira o ano de 1808, no contexto do Brasil colônia, quando foram publicadas as primeiras edições do Correio Braziliense e da Gazeta do Rio de Janeiro. Visto inicialmente como um ofício secundário, provisório e um meio para alcançar posições sociais diversas (especialmente na política e na literatura), o jornalismo teve sua primeira legislação em 1938, no governo Getúlio Vargas, e a primeira formação universitária apenas em 1947, na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero. Apesar de todo o desenvolvimento do jornalismo, seu exercício só se tornou oficialmente uma profissão no Brasil em 1969, em meio à ditadura militar. Voltando-nos à pergunta inicial, há poucos registros físicos da história do jornalismo potiguar, mas certamente ele tem seu lugar nas memórias dos



jornalistas profissionais que atuaram no mercado local nas décadas de 1960 e 1970 e integraram as primeiras turmas da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza – que depois foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Assim, é nosso objetivo resgatar essa história, aqui contada por alguns de seus protagonistas.



Apresentação

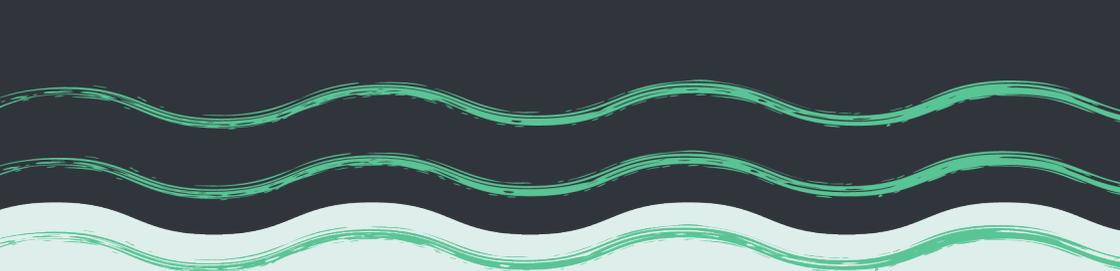
Jornalismo no Rio Grande do Norte

Por Gustavo Sobral

Fazer jornalismo é produzir memória
Geneton Moraes Neto

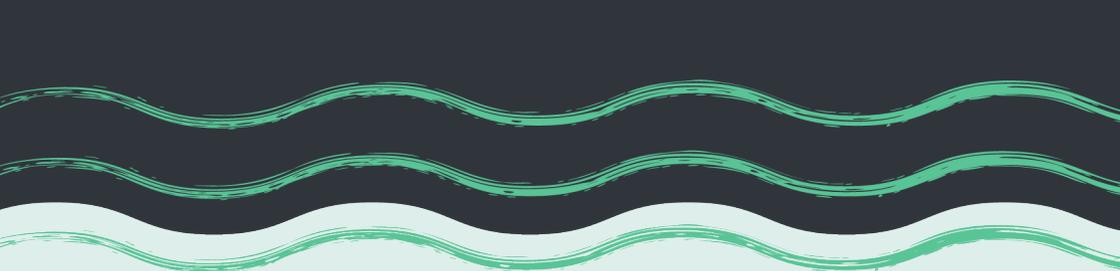
A história do jornalismo no Rio Grande do Norte precisa ser contada. Este trabalho é uma contribuição e uma parte dela. Se Manuel Rodrigues de Melo inventariou os jornais existentes, a começar por registrar os jornais manuscritos que passavam de mão em mão, os jornais de vida efêmera e as grandes empresas jornalísticas, e assim a trajetória dos nossos jornais impressos, ainda resta ser contada outra parte desta história, aquela que se conta pela narrativa dos seus jornalistas.

Fruto da memória dos seus protagonistas e que agora se registra em depoimentos. Jornalismo é memória, máxima que permeia a proposta destes dois jornalistas dos anos 2000, organizadores deste trabalho, que voltados para o passado buscam as nossas origens,



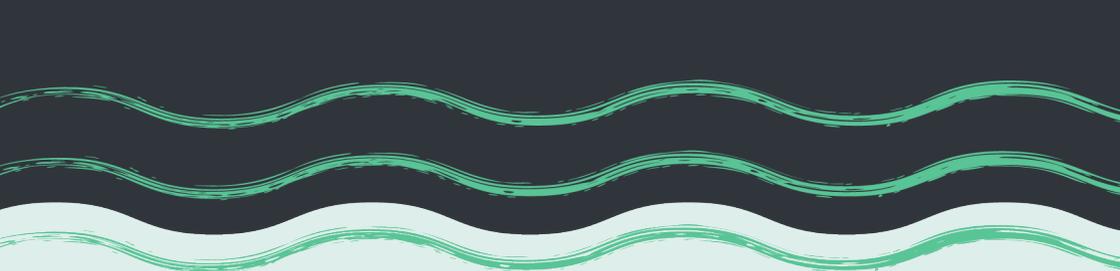
aquela que nasce no jornalismo brasileiro moderno dos anos 1960 com o lead e a offset. É este jornalismo que se registra o que ainda não foi contado e que se viveu em duas redações aqui marcadamente presentes: Tribuna do Norte e Diário de Natal. E o fazem certos de que, se autoqualificando de jornalistas-pesquisadores, a premissa do jornalista de campo Geneton Moraes Neto é uma máxima, um objeto, uma problematização e uma provocação para se fazer jornalismo: jornalismo é também produzir memória.

Escolhemos fazer um jornalismo que não nasce nas redações, não está em veículo de comunicação algum, muito menos é um trabalho científico, não está alocado em nenhuma instituição de pesquisa ou universidade, foge dos padrões instituídos e foge do que se espera do jornalismo praticado na notícia, reportagem e entrevista. É um jornalismo que se pretende independente de qualquer uma dessas amarras, um jornalismo que nasce no próprio projeto que traçamos, que se propõe a recuperar a história do jornalismo pelo viés da memória dos seus protagonistas. Jornalismo investigativo? Grande reportagem? Entrevista? Pode ser nenhum deles e todos eles, pouco importa a definição. Pretendemos experimentar a fórmula de um jornalismo sem fronteiras, sem amarras ou definições, que pode ser todos eles, nenhum deles, e outro qualquer.



Um jornalismo que nasce e se constitui a partir da escolha do tema e se constrói durante a sua realização. Dois jornalistas (nós mesmos) saíram por aí entrevistando jornalistas da cidade com a intenção de registrar a história do jornalismo e transformar o material coletado em um livro. A premissa: a história das redações dos dois maiores jornais impressos da cidade do Natal nas décadas de 1960-1990, a atuação e vocação desses jornalistas depoentes. Um trabalho que, por estar em livro e não nos jornais impressos, ou portais, ou qualquer outro espaço consagrado do jornalismo, não deixa de ser jornalismo.

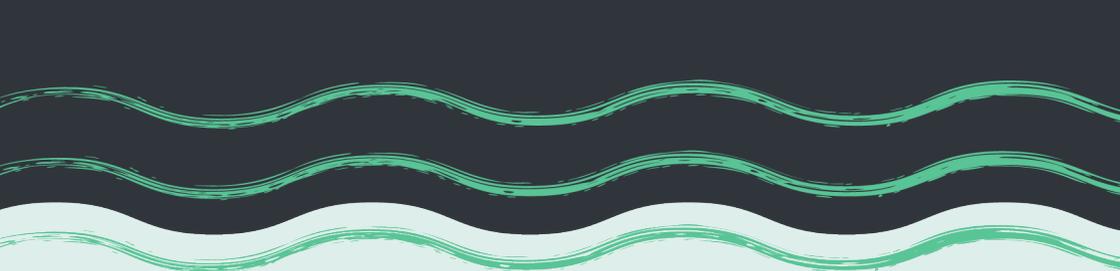
Embora tenha sido um jornalismo pensado para o formato de livro, este trabalho foi experimentado em versões para diversas mídias, circulou no impresso e online do *Novo Jornal RN* (janeiro/fevereiro de 2017), foi reunido em uma experiência digital, o blog <<https://memoriadojornalismodorn.wordpress.com>>, na página pessoal gustavosobral.com.br e nas redes sociais. Como o jornalismo que se preza, é híbrido, múltiplo, e seu conteúdo se adequa a todas as mídias possíveis (bem que gostaríamos de ter ido ao rádio e a TV, canal no YouTube ou Vimeo, podcast), mas proposta inicial sempre foi a composição de um livro-memória. Se no *Novo Jornal RN* recebeu as colaborações da equipe de jornalistas do *Novo* e foi classificado na página de cultura,



nesta versão em livro (a completa dos depoimentos; para o jornal, foram fracionadas e limitadas a 7000 caracteres) ganhou o esperado e o necessário olhar da figura lendária e não muito presente na literatura local, o editor.

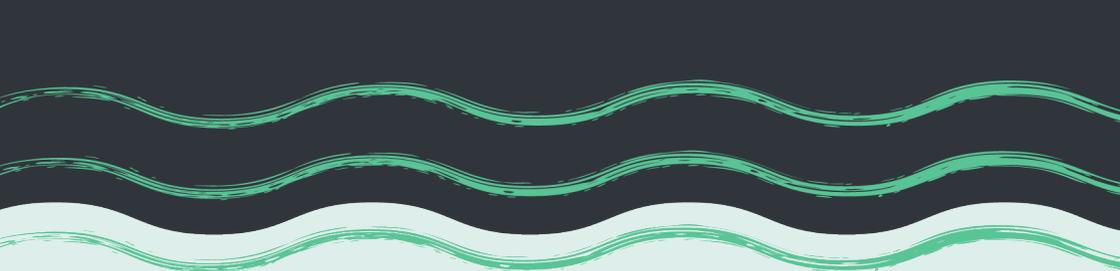
Helton Rubiano, também jornalista, editor experiente, responsável pela revisão e edição do texto original, veio somar a sua expertise para a produção deste trabalho e o resultado está melhor. Mas o fato de não estar no jornalismo diário ou semanal, e ser uma publicação em livro e com editor de livros, não faz com que não seja classificado e qualificado como jornalismo. Não é por não nascer nas premissas que o caracterizam, que não responde as características da pesquisa, entrevista e reportagem. É a história do jornalismo contada pelo próprio jornalismo. Dispensamos formatos, gêneros e definições que não aqueles que formam e caracterizam o próprio trabalho que aqui se tece, como uma reunião de narrativas discursivas que traçam uma mesma história pelo ponto de vista de cada um dos seus narradores. A história de cada um é a história de todos eles e o seu contrário.

Apesar de parte desta história permear estudos como os diversos que pululam em artigos científicos que buscam recuperar parte deste passado, em alguns livros-reportagem de memórias e



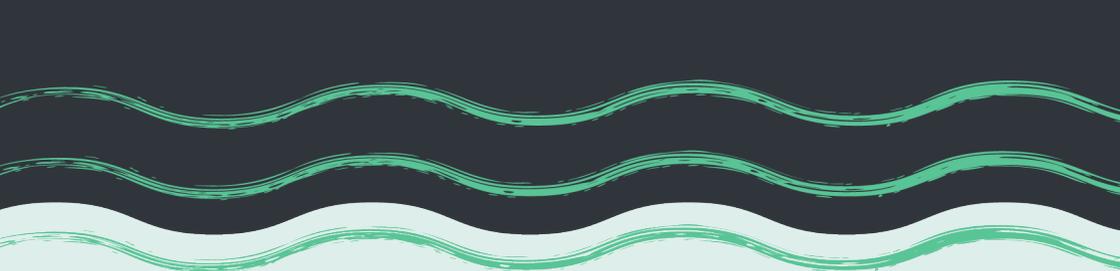
depoimentos, inclusive de alguns dos depoentes aqui escalados, como João Batista Machado e Cassiano Arruda, ainda é preciso estabelecer o papel preciso, pioneiro, inovador e condutor do jornalista Sanderson Negreiros, aqui citado, mestre de todos eles; do espaço e do papel das mulheres jornalistas, e precisamos procurar Zila Mamede, na Tribuna do Norte dos anos 1950, Miriam Coeli, e aqui a participação de Ana Maria Cocentino, jornalista por formação e atuação, representando todas elas, as pioneiras e as continuadoras guerreiras neste ofício.

Este projeto nasceu e é fruto do interesse de dois jornalistas pela sua história, que é a história do jornalismo. Jornalistas graduados em 2007 e 2008, oriundos dos bancos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e com a sorte e o privilégio de, senão tiveram a sorte de viver o tempo de ouro das redações, terem sido alunos e aprendido com estes mestres, que transmitiram o seu conhecimento e estudo do jornalismo e a prática do dia a dia das redações. Cassiano Arruda: Comunicação publicitária; Vicente Serejo: Estilos jornalísticos; Emanuel Barreto: Jornalismo impresso; e tantas outras disciplinas que assumiram com a experiência e o sonho de formar jornalistas e nada mais que isso, uma grande missão. Além de transmitir essa paixão que, se pede desculpa, só jornalista entende.



O trabalho tem a pretensão de registrar, o quanto for possível, a memória das redações. Em um primeiro momento, selecionamos aqueles que foram os primeiros jornalistas de redação, repórteres, que começaram na profissão com o lead. Então são aqueles que, em sua maioria, quase todos eles, ainda hoje nas redações, fizeram e fazem jornalismo há quarentas anos ou mais. Se García Márquez, jornalista, sentenciou que é preciso viver para contar, outro não é o vaticínio que se buscou na escolha desses nomes. Aliás, foram eles que se escolheram. A cada entrevista que se completava, seus nomes eram mencionados, uns pelos outros, como personagens que são dessa grande história, por serem seus protagonistas e hoje porta-vozes.

Se eles fizeram a história, outra forma não haveria de recuperá-la senão pela sua própria narrativa. Por isso, somos falsos autores deste livro. Como repórteres, aqui vamos apenas reportar os depoimentos que coletamos. O método foi apenas: um gravador na mão e esta ideia da cabeça: a história do jornalismo no Rio Grande do Norte pelo depoimento, visão, participação, memória e história dos seus protagonistas. Outros e tantos nomes que desapareceram da vida e ficaram no tempo aparecem neste cenário de pioneirismo, portanto, é também uma história contada dos outros. Aqui se lê a participação e o papel de Djair Dantas,

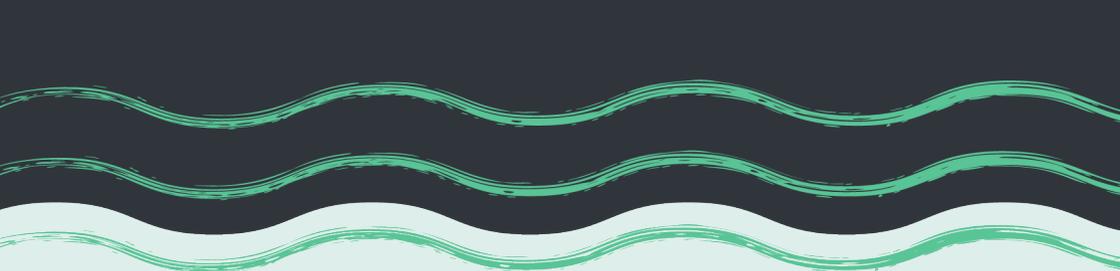


Luiz Maria Alves, Pepe dos Santos, Berilo Wanderley, Newton Navarro, e tantos outros, repórteres, editores, copidesques, cronistas, todos aqueles que faziam e tornavam possível o jornal.

Tratamos do jornal impresso, uma publicação em papel com capa, caderno(s), editoria(s), seção/seções, feito por editores, titulistas, repórteres, colunistas, cronistas, articulistas, colaboradores, fotógrafos, diagramadores, impressores, numa cidade pequena, Natal dos anos 1960/1970.

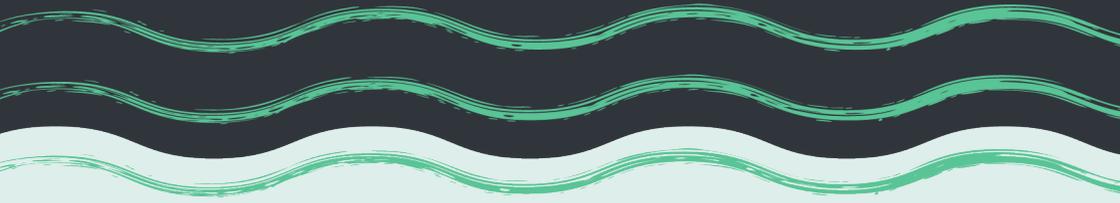
Era época do telefone discado e a ligação caía mais do que era possível completar; era época de quando a barreira do inferno era tão distante como uma viagem; de quando a universidade federal ainda se firmava; de quando se saía de um período de liberdade e se vivia a censura e uma ditadura militar. Nesse tempo, os jornais registravam a vida da cidade e tudo que era notícia para além das dunas, do mar, do vasto mundo chamado Brasil e do que estava além do continente. Então jornalismo era o Papa, os planos econômicos, o resultado dos jogos de futebol, os crimes bárbaros, as intrigas palacianas. Jornalismo era e sempre foi a vida.

Aqui está a fumaça sobre as cabeças, o taque-taque das máquinas de datilografia, Luiz Maria Alves e seu cachimbo apagado no



canto da boca, o repórter que andava a pé ou de ônibus – não existia carro nas redações –, com bloco de notas, a máquina fotográfica Yashica e as histórias do jornalismo. Está ainda a entrevista a Cascudo, a aparição de um lobisomem na cidade, a implantação do offset em Natal, a saudade de Newton Navarro, o jornalismo boêmio, que se estendia pelos bares da Ribeira, e os grandes nomes que definitivamente escreveram a história da cidade e que foram completas escolas de jornalismo, de crônica, de literatura, de cinema. Foram poetas, escritores, artistas e jornalistas. O jornalismo era tudo com a concentração desses talentos. Imagine uma redação com Luís Carlos Guimarães, Berilo Wanderley, Paulo de Tarso Correia de Melo, Moacyr Cirne, Celso da Silveira. Privilégio de outro tempo.

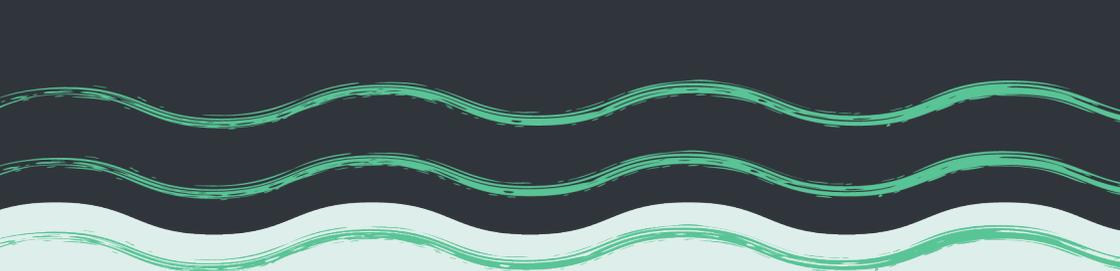
Até cronista tinha carteira assinada por Agnelo Alves, diretor de redação da Tribuna do Norte. Eles enfrentaram a censura, enfrentaram a cidade, fizeram que o dia a dia chegasse ao leitor nas quatro pautas diárias mais a reportagem para o final de semana que haviam de cumprir. O vaticínio do jornalista sempre foi o registro dos fatos. Quer saber como era a cidade? Quer saber o que de fato aconteceu? Consulte as edições dos jornais Tribuna do Norte e Diário de Natal. Leia o que apuraram e noticiaram estes nomes do jornalismo que hoje dispensam apresentação.



Seus nomes são instituições consagradas da nossa história. Por isso, são eles mesmos que assumem o dever de contar não apenas a sua história, a de uma pretensão que não havia mas que nasce como vocação.

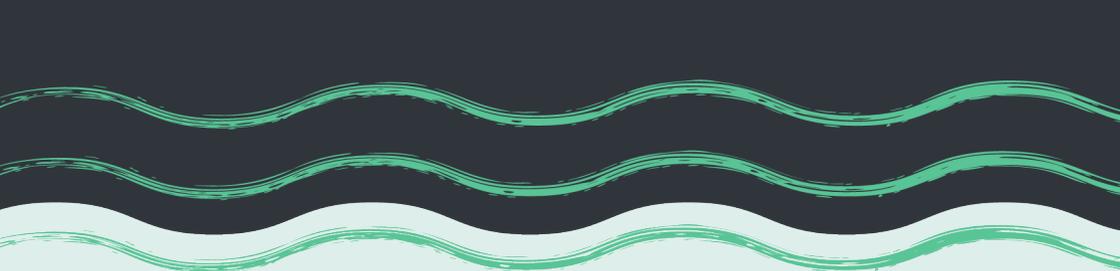
A importância da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, por onde passaram, está assinalada. Ela foi o sonho do jornalista Aluízio Alves e a realização de uma sumidade, Luis Lobo, que veio dirigir a escola e ensinar a fazer o jornalismo mais atual que havia, a usar o lead, a valorizar a fotografia, a desenhar uma diagramação moderna. Aliás, eram outros tempo, Bossa Nova, arquitetura moderna, arte moderna, cinema novo, tudo era modernidade e novidade. Havia esperança, arte e cultura. O Jornal do Brasil era o modelo, o sonho de alguns deles, como Berilo Wanderley e Sanderson Negreiros, Dorian Jorge Freire, que correram para o Rio de Janeiro e São Paulo, sonhando ser Rubem Braga ou Joel Silveira. Talento não lhes faltava, mas o jornalismo do Rio Grande do Norte teve a sorte de tê-los de volta e também por isso fomos maiores.

Hão de perguntar frente a um Jornal do Brasil, que teve na sua reforma gráfica gente do quilate do poeta Ferreira Gullar, qual a importância disso tudo quando o jornal impresso cada vez



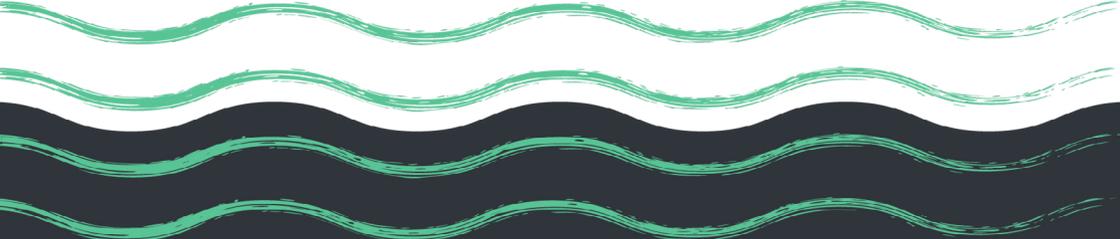
mais desaparece frente às versões digitais para os conteúdos de informação. Não, não é saudosismo, não é homenagem, não. Não é nada disso. É história, memória, biografia, jornalismo na sua essência por aqueles o fizeram de forma consciente e que se firmaram como espelhos de formação humanística, cultural, longe do especialíssimo, das discussões inócuas, mas, sim, colados à realidade, aos acontecimentos diários, profundos leitores do cotidiano, professores que são da disciplina cidade. Imaginar que o teste para ingresso na redação do Diário de Natal era transcrever sem erro, com rapidez e tirocínio, seja a mão ou a máquina datilográfica, um conto de *O Solitário Vento do Verão*, de Newton Navarro.

Eles não só sabiam quem era Newton Navarro, como também conviviam com o artista. Jornalistas eram, acima de tudo, gente da cidade. Estavam no fórum, na assembleia, nas delegacias de polícia, no estádio, na rua, estavam à procura da notícia onde houvesse. Fervia a redação ao final do expediente, fechamento do jornal, e ah se o texto não saísse perfeito, respeitando não só a correção que se imprime ao bom jornalismo, mas todas as regras gramaticais e de pontuação. Caso assim não fosse, Luís Carlos Guimarães, na Tribuna do Norte, rabiscaria a lauda; e Djair Dantas, no Diário, engavetaria a matéria. Jornalismo era



não só a qualidade da apuração, mas o perfeito resultado final do produto: a notícia.

São estes nomes que, hoje, contam a história que é também a de suas vidas, pois o jornalista vivia a profissão. E se vierem nos perguntar o que é jornalismo, respondemos que ele não se encontra nos manuais, nem se resume à definição que está no dicionário. Jornalismo é realmente o que está contado aqui em todas as letras, em cada um destes depoimentos, que, somados, formam o retrato das redações, aquelas em que acontecia o jornalismo de verdade, porque nelas se pensava, sem pausa, no leitor do outro dia. E mais aqui não se escreve, pois a voz que estes dois organizadores e o seu editor quiseram ser é a voz que recomenda aprender jornalismo pela porta destas memórias. Manchete na primeira página.

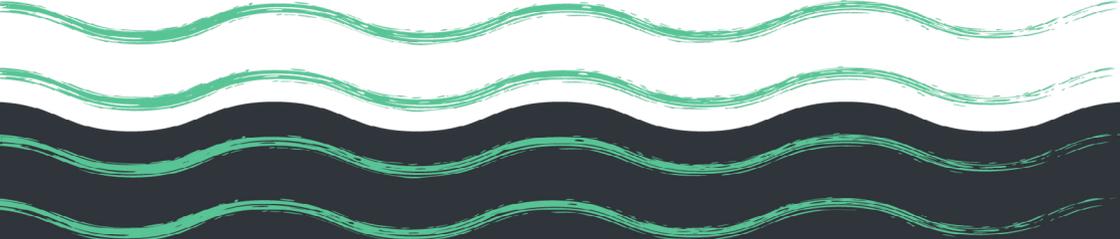


Os fios do texto

Por Helton Rubiano

Os textos apresentados neste livro foram compostos a partir do depoimento oral de jornalistas que constituem a história do jornalismo no Rio Grande do Norte. Gustavo Sobral e Juliana Bulhões foram os idealizados e os mediadores dessas conversas. Captadas as falas, os sujeitos entrevistadores foram suprimidos para dar vez aos sujeitos personagens. A partir daí, dá-se início a um extenuante processo de transcrição e edição de texto, para que a fala encontre o seu lugar na escrita. Gustavo e Juliana foram brilhantes nesse trabalho.

Nesse projeto, me coube a revisão final, para dirimir questões que pudessem prejudicar a compreensão do leitor. Esse exercício de tessitura textual leva em conta que a oralidade se distingue da escrita em vários pontos: pausas, interrupções, digressões e repetições são alguns que podem ser vistos na fala, mas que são desnecessários na escrita, podendo até mesmo criar obstáculos



de entendimento. Entretanto, ainda foram deixados alguns traços de oralidade, a fim de que a matéria não se descole totalmente da sua origem, firmando-se, assim, em estado híbrido.

Antes de ganharem as páginas deste livro, estes depoimentos foram parcialmente publicados no Novo Jornal. O jornal impresso, contudo, possui as limitações de caracteres impostas pelo meio já pré-formatado. Ademais, o jornal carrega em sua natureza a condição do efêmero, onde a notícia de hoje supera a de ontem já na espera do fato seguinte. Diferente disso, o livro pode ser pensado como objeto perene, estável e posto. Os depoimentos aqui são ainda disponibilizados na íntegra, uma vez que o livro se configurou a partir do seu conteúdo, e não o contrário.

Vale destacar ainda o modelo de publicação adotado. Desse percurso, extraímos o quão laboriosa é a publicação independente no nosso estado, ainda mais se considerarmos a relevância do registro memorialístico visto aqui. É urgente a criação ou a ampliação de ações do poder público que viabilizem iniciativas como esta. Em tempos nebulosos, a fruição de cultura é bálsamo indispensável.



sumário

**Fiz do jornalismo
o meu sacerdócio**

João Batista Machado

**Me tornei jornalista
por acaso**

Cassiano Arruda Câmara

**Trabalhar em jornal
era uma pedreira**

Albimar Furtado

**O jornal era a minha vida,
meu encanto, meu ganha-pão**

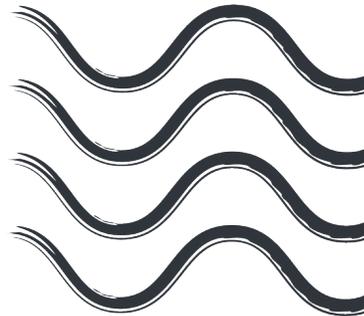
Vicente Serejo

**Agradeço ao jornalismo
tudo o que conquistei**

Ana Maria Cocentino

Posfácio

Emanoel Barreto





Fiz do jornalismo o meu sacerdócio

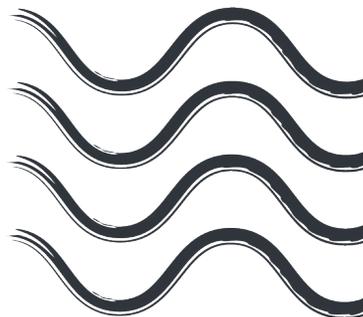
João Batista Machado



Eu lia a revista *O Cruzeiro*, em Assú, cidade onde nasci, e me entusiasmava com a parte de política. Esperava ansiosamente, a cada semana, a edição que chegava aos sábados ao Café de Seu Victor, onde era vendida, inclusive havia os fregueses certos do periódico, dentre eles, o meu pai. Me entusiasmavam os artigos de Castelinho, o Carlos Castelo Branco, comentarista de política, as reportagens de David Nasser, a crônica de Rachel de Queiroz na última página. Mas o noticiário de política era o

que despertava mais a minha atenção. Depois vim a conhecer Carlos Castelo Branco, numa visita que fez a Natal para ouvir os dois candidatos ao governo, Aluizio Alves e José Agripino, em 1982, derrubamos uma garrafa de uísque.

E dessa forma eu sonhava em ser jornalista e escrever sobre política. Assim, acredito, nasceu meu interesse pelo jornalismo. Não imaginava toda essa aventura que viveria pelas redações dos jornais Tribuna do Norte, onde comecei,



e depois Diário de Natal, para onde fui convidado para ser repórter de política e assim começa a minha história no jornalismo do Rio Grande do Norte, antes e depois da offset.

Costumo a afirmar que fiz do jornalismo um sacerdócio, não comercializei minha consciência nem sujei as minhas mãos. Estive dos dois lados da profissão, porque, além de repórter, também exerci a função de assessor de imprensa por décadas, portanto, fui estilingue e vidraça. Além de repórter, fui correspondente de O Globo, no Rio Grande do Norte, por cinco anos, e colaborei com outros veículos, como RN Econômico e Cadernos do Rio Grande do Norte e atuei como redator publicitário na agência Dumbo.

Fui assessor de imprensa de quatro governadores do estado: Tarcísio Maia, José Agripino, por dois mandatos, Radir Pereira e Vivaldo Costa, e do prefeito José Agripino na Prefeitura de Natal. Além disso, servi como assessor de imprensa da Federação do Comércio do Rio Grande do Norte, SESC/SENAC e Tribunal de Contas do Estado.

Embora não tenha sido a primeira opção, me realizei no jornalismo. Pensava em cursar Direito, mas ao mesmo tempo que

ingressei na Tribuna meu destino começou a se voltar para o jornalismo. Posteriormente, concluí o curso de Comunicação Social pela Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza.

O jornalismo me deu tudo o que tenho e o que mais prezo: a credibilidade. E assim também me fiz pesquisador e escritor. Publiquei livros sobre a história do Rio Grande do Norte, ingressei nessa condição no Instituto Histórico e Geográfico do Estado e na Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Meu pai resolveu me mandar para estudar em Natal. Capital do estado, havia mais chance de eu encontrar meu caminho na vida. E assim vim para Natal, após uma passagem pelo colégio Diocesano Santa Luzia, em Mossoró, para concluir o ginásial no Atheneu Norte-rio-grandense, por volta de 1962. Me alojei na Casa do Estudante e concluí o ginásial e o clássico, até que um dia o acaso colocou o jornalismo diante de mim.

Saindo do colégio, resolvi passar no Palácio Potengi, sede do governo do estado, onde geralmente encontrava pessoas de Assú e foi quando encontrei o jornalista Walter Gomes, que eu conhecia, e que me perguntou o que eu fazia em Natal.

Expliquei que viera estudar e ele perguntou se eu não gostaria de fazer um teste para ser jornalista.

Concordei e na manhã seguinte, como combinado, estava na Tribuna do Norte. Para minha surpresa, fui logo por ele apresentado ao jornalista Francisco Macedo e informado de que seria o novo foca. E eu que nem sabia o que significava isso. Macedo me explicou, significa novato. Me explicou rapidamente como se fazia uma notícia e me mandou naquele mesmo momento entrevistar o teatrólogo Sandoval Wanderley que ensaiava a peça *Taberna Azul*, no Teatro Alberto Maranhão.

Entrevistei-o e redigi a notícia que no dia seguinte estava estampada na Tribuna do Norte e desde então não parei mais. Na redação da Tribuna, encontrei Walter Gomes na função de editor-geral, e na reportagem os jornalistas Cassiano Arruda, Abimael Moraes, Luiz Sérgio Galvão, Gutemberg Mota, Ana Maria Cocentino, Hamilton de Sá Dantas, Hélio Cavalcanti, Albimar Furtado, entre outros.

E ainda havia um time de colunistas e colaboradores: Berilo Wanderley, Luís Carlos Guimarães, Woden Madruga,

Newton Navarro, Sanderson Negreiros, Rômulo Wanderley, Nei Leandro de Castro e Paulo de Tarso Correia de Melo com Moacyr Cirne dividindo uma coluna sobre cinema. A colunista social era Paula Franssinetti e o esportivo, João Machado.

Além de colegas de trabalho, encontrei na redação grandes amigos que conservei pela vida toda. Lembro do jornalista Romildo Gurgel, presidente do Tribunal de Contas do Estado, passando na redação da Tribuna no sábado para saber das novidades, conversar, e depois nos convidando para uma feijoada na Associação Comercial, ali perto. Deixávamos a redação às 13h e seguíamos eu, Woden, Berilo, Luís Carlos Guimarães, Sanderson, Newton Navarro, Cassiano, aquela turma toda do jornal.

A primeira matéria assinada que publiquei intitulava-se “O pequeno mundo de Vicente”, sobre um retirante e sua família que viviam numa Kombi estacionada na Ribeira. A Tribuna era um jornal padrão Jornal do Brasil, incorporando as inovações do jornal carioca trazidas para a Tribuna pelo jornalista Walter Gomes. A tônica impressa por Walter era de trazer na primeira página as notícias locais, abandonando a prática corriqueira de imprimir artigos com fotos do noticiário nacional e internacional.

Walter era partidário de uma máxima de Chaplin: a vida é o tema local. Diferente do Diário de Natal, que na sua primeira página estampava as notícias policiais, o que o fazia um jornal popular de grande vendagem. Sensacionalista, era comandado pelo jornalista Luiz Maria Alves.

Passei pela reportagem policial, onde todos começávamos, era a prática, depois cheguei à editoria de assuntos gerais e em seguida à política. Era o tempo da campanha para o governo estadual. Disputavam os candidatos monsenhor Walfredo Gurgel e Dinarte Mariz aquela eleição de 1965. Fiquei responsável pela cobertura da campanha do monsenhor. Diariamente, eu apurava o roteiro da campanha e as notícias eram publicadas com destaque na primeira página.

Na condição de repórter da Tribuna, comecei a acompanhar a movimentação política e a ganhar confiança. Fator extremamente necessário ao exercício do jornalismo político. Assim nascia o repórter político que em mim havia.

Quando da eleição do monsenhor Walfredo que levou aquele pleito, eu deixava a redação da Tribuna. Recebera uma oferta

para trabalhar no Diário e fui para pauta de assuntos gerais. Mas foi por pouco tempo, logo fui destacado para cobrir o Palácio Potengi, ou seja, a agenda do governador empossado, e a movimentação da Assembleia Legislativa. E comecei a assinar matérias e reportagens sobre política.

Por sugestão do chefe de reportagem, o jornalista Sanderson Negreiros, comecei a entrevistar personalidades que marcaram a vida pública do estado. Não foi uma ideia que acatei de pronto, o dia a dia da profissão já me exigia bastante, além da cobertura das duas casas, o governo e a assembleia, era minha obrigação cumprir três ou quatro pautas diárias e compor uma página inteira para o jornal de domingo.

O Diário circulava aos domingos com o título de O Poti. Mas fui em frente, este material depois eu reuniria em primeiro livro, De 35 ao AI5. A redação do Diário já adquirira antes de mim, outros jornalistas e colaboradores da Tribuna. Estavam lá naquele tempo Berilo, Sanderson e Albimar. Depois de mim, Cassiano, com quem passei a dividir o noticiário de política.

Foi Cassiano quem me recomendou ao chefe da sucursal de O Globo Nordeste, o jornalista Ronildo Maia Leite, para ser correspondente do jornal no Rio Grande do Norte. Aceitei e permaneci cinco anos na função que só deixei quando recebi o convite do governador Tarcísio Maia para ser secretário de imprensa do governo do estado, em 1978.

Formavam a redação do Diário: Leonardo Bezerra, Rubens Lemos, Paulo Tarcísio, Lauracy Costa, Ana Maria Cocentino e Edilson Braga, que começou como repórter fotográfico e depois passou a repórter.

O jornal funcionava em prédio na descida para Ribeira em plena av. Rio Branco, coração da cidade. Ali fui testemunha do grande salto para a offset que o Diário de Natal encabeçou. Testemunha e personagem desta história que vou contar.

Jarbas Passarinho era ministro do Trabalho e Previdência e veio à Natal para inaugurar o primeiro conjunto habitacional do IPASE. Vivíamos a ditadura militar do governo Costa e Silva. Era a primeira visita do ministro ao estado e o editor do Diário, João Neto, me encaminhou para cobrir a visita. Nesse momento, vem entrando

na redação, o diretor-geral, Luiz Maria Alves. Ele vinha com o cachimbo apagado no canto da boca, e a primeira providência foi perguntar ao editor quem ia cobrir o ministro. Apagado, porque ele substituiu o hábito de fumar cigarro pelo cachimbo sem fogo. Soube logo que era eu, Machadinho, e disse que fosse a sala dele e fechasse a porta para uma conversa em particular.

E disse: você vai ter a missão mais importante da sua vida de repórter, vai me trazer aqui o ministro porque preciso falar com ele e com urgência. Apenas aproxime-se dele e diga que o superintendente dos Diários Associados, jornalista Luiz Maria Alves, quer ter um particular com ele. Nada mais e nada menos que isso. Eu fiquei desesperado e disse: “Seu Alves é impossível, como vou passar por toda aquela proteção policial que cerca o ministro?”. Ele apenas disse que confiava na minha competência e que naquele dia levar o ministro à redação era mais importante que trazer a reportagem. O pior dia da minha vida. Eu não sabia como ia cumprir aquele assunto extra. Mas fui. Parti na hora marcada para a recepção do ministro no aeroporto. Lá íamos eu e o fotógrafo Paulo Saulo na Kombi da reportagem.

O ministro desembarcou com todo aquele esquema de segurança, passou rapidamente para fotos e uma curta declaração. Ali não tive a menor chance. Só me restava abordá-lo na inauguração do conjunto habitacional. O esquema de segurança lá foi bem mais rigoroso, pois havia uma multidão na inauguração do conjunto. Não consegui. A angústia aumentava, mas teria uma última chance que era a visita ao edifício do IPASE, na Ribeira.

Só me restou recorrer ao Senador Dinarte Mariz, a quem eu sempre entrevistava quando vinha à Natal e com quem conversava sobre os assuntos políticos. Me aproximei do senador e pedi a sua intervenção. Dinarte disse para aproximar-se dele que tudo daria certo. Mas o calvário não teria fim aí. Quando o senador acenou e que fui me dirigindo, o policial não me permitiu passar. Eu lá preso, restou a ele vir ao meu encontro dizendo ao policial: “Deixe o rapaz passar, ele é jornalista e veio entrevistar o ministro”. Aí se aproximou do ministro e me chamou. Apresentou-me a ele, que me cumprimentou. Foi então que revelei a minha missão. Ele tomou um susto e perguntou onde poderia encontrar Alves.

Ele voltou ao gabinete do diretor do IPASE se desvencilhou de tudo e voltou até mim. Perguntou se eu estava de carro, eu disse

que na Kombi do jornal. “Pois mande a Kombi na frente e vamos comigo”, disse. Entrei no carro, fomos no banco traseiro conversando. Na frente, o motorista e um segurança e, numa caminhonete, em comboio, agentes da polícia federal e militares, escoltando o ministro.

No curto trajeto, soube que Luiz Maria Alves e o ministro eram amigos de longas datas. A redação assistiu ao encontro dos dois. Alves foi recebê-lo na porta do escritório. Deveria àquela altura estar impaciente. Eu logo vi aquela pose característica dele quando algo o inquietava: de pé na porta do escritório, uma mão no quadril e a outra segurando o cachimbo apagado na boca.

Passaram mais de hora e meia trancados no escritório conversando. A mim, restava cumprir a minha segunda tarefa de repórter: escrever a matéria da visita do ministro e já estava atrasado. Aquela conversa mudou a história da imprensa no Rio Grande do Norte. Foi por intermédio do ministro, amigo de longas datas, que Alves conseguiu importar os modernos equipamentos offset para impressão do jornal.

Era o que havia de mais moderno naqueles anos 1960. Mas essa história só fui saber no outro dia, quando a curiosidade de repórter me levou à sala de Alves para apurar aquela história. Ele conhecera o ministro em Belém do Pará. Alves era funcionário da Western e ensinou inglês ao jovem Jarbas Passarinho. Daí nasceu a amizade e daí veio a modernização do Diário.

O ministro conseguiu para Alves a isenção dos impostos sobre importação, mediante a rubrica de que dispunha de requerer tal expediente quando se tratava de assunto de interesse nacional. O Diário assim se tornou o segundo jornal do Nordeste a ter equipamento offset. E muito antes do Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S.Paulo. E assim a imprensa do Rio Grande do Norte tem o seu marco divisório do antes e depois do offset.

O novo Diário ganhou instalações modernas na av. Deodoro no ano de 1970 e o moderno sistema de impressão anunciado no dia da inauguração na página do jornal, edição de 13 de junho. O editorial saiu da pena de Sanderson Negreiros e recebeu o elogio do presidente dos Diários Associados, Paulo Cabral, que viera para a inauguração: “Podia ser até publicado no New York Times”.

Luiz Maria Alves enfrentou resistência da direção dos Diários Associados para implantação do offset, mesmo assim foi adiante. Alves havia assumido o Diário na década de 1950, depois de deixar a Western. O jornal estava em bancarrota, devendo na praça, sem crédito e com dívidas salariais. Alves não só sanou as dívidas como transformou o Poti em um semanário que circularia aos domingos e o Diário em um vespertino.

Assim, enxugou a folha de pagamento e economizou papel (vivíamos tempo de crise de papel). O Poti se fixou como um jornal de grandes reportagens sobre a cidade e o Diário um vespertino sensacionalista, que explorava o noticiário policial. Foi um sucesso de vendas e de críticas que Alves respondia com uma frase do ex-presidente do Chile, Eduardo Frey: “O povo gosta do trágico e do grotesco”.

O sistema offset sustentou a mudança e permitiu as grandes tiragens, assim o jornal ganhou praça em todo o Rio Grande do Norte. Foi nesse período que o braço direito, Silvino Sinedino deixou o Diário. Embora divergissem quanto a esse projeto, a saída de Sinedino foi motivada pelo convite de Romulo Maiorana, natalense que vivia em Belém, proprietário de um grupo de comunicação

no Amazonas, que incluía jornal, rádio emissora de televisão. Aventura que não durou e trouxe Sinedino de volta ao Diário.

As novas instalações na av. Deodoro, no bairro de Petrópolis, em nada pareciam com a precária da av. Rio Branco, na Ribeira. Não havia luxo, é verdade. A redação dividia espaço com a impressão sem a confusão do antigo prédio. As tiragens cresceram e com o offset o leitor poderia ler o jornal sem sujar as mãos.

A redação era uma aposta de Alves nos melhores jornalistas que captava para o Diário nas redações da Tribuna e da República oferecendo melhores salários. João Neto era o editor geral; Sanderson Negreiros, Berilo Wanderley, Djair Dantas e Rubens Lemos, redatores; Leonardo Bezerra, colunista político; Paulo Macedo na crônica social. Cassiano Arruda logo assinaria a Roda Viva.

Na reportagem: Cassiano, Albimar Furtado, Alexis Gurgel, Osair Vasconcelos, Vicente Serejo, Jorge Batista, Ana Maria Cocentino, Lauracy Costa, Heloísa Galvão, Jânio Vidal, Ricardo Rosado, Jomar Moraes, Djair Dantas, entre tantos outros e Pepe dos Santos no jornalismo policial. E Salésia Dantas, editora de interior, depois colunista social, e por quem me apaixonei. Logo nos casamos.

O Diário foi comprado por Assis Chateaubriand em 1947, um jornal pequeno que havia sido fundado em 1939 por Djalma Maranhão, Aderbal de França, Waldemar Araújo e Rivaldo Pinheiro. No comando de Alves, em pouco tempo o Diário se tornou líder incontestado no estado. Nos anos 1970, o Diário chegou a vender em Natal 16 mil exemplares por dia. Era a consagração de um projeto bem arquitetado.

Foi Sanderson Negreiros, chefe de reportagem e copidesque, quem, logo que cheguei ao Diário, me estimulou a escrever sobre política. E assim aceitei as entrevistas. Não era fácil cumprir as quatro pautas diárias e ainda redigir a entrevista, texto em seis laudas, espaço dois, na sexta-feira, para sair no Poti de domingo, com chamada de primeira página, sem ganhar extra.

Fui o repórter do Diário designado para cobrir as visitas presidenciais e tentei entrevistas como os presidentes do regime militar quando estavam de passagem por Natal. A primeira tentativa foi Costa e Silva. Eu me inspirava na bem-sucedida reportagem de Ney Lopes de Souza que invadira com o microfone da Rádio Rural na mão a pista do aeroporto de Parnamirim para entrevistar João Goulart, cujo sucesso levou o Prêmio Esso de jornalismo.

Me vali mais uma vez do Senador Dinarte Mariz para interceder junto ao presidente e conseguir a entrevista. Dinarte me disse para esconder a credencial e me levou até a pista. O presidente desceu no calor abrasador que fazia, cumprimentou as autoridades e quando chegou a minha vez puxei logo papel e lápis, mas fui imediatamente impedido pelo chefe da segurança, que disse: “O presidente não concede entrevistas exclusivas, procure o assessor de imprensa”. O esquema era não deixar os jornalistas se aproximarem para que não fizessem perguntas ao presidente.

Com Médici não foi diferente, veio no tempo da seca, quando haviam sido criadas as frentes de trabalho, e rumou para o Seridó. Escalados, eu e a repórter fotográfica Ana Maria Concentino, ficamos responsáveis pela cobertura para o Diário de Natal, e fomos ao hotel Reis Magos, onde estava hospedado, tentar uma entrevista exclusiva. Eu tinha um amigo garçom que me atendia quando frequentava o bar do hotel e foi a quem recorri. Ele me informou que o presidente e os ministros estavam nos aperitivos, e eu logo pedi a lista de tudo que fosse servido a eles. Escondi a minha credencial e Ana Maria colocou máquina e a bolsa na cadeira ao lado, e ficamos por ali sem se fazer notar.

Cada vez que o garçom saia do bar, me dizia o que havia sido servido e fui tomando nota. Vinho, uísque, já teria um furo. E ficamos à espera da passagem do presidente, que foi inesperada. Ele apareceu de surpresa, desejou boa noite e seguiu. O garçom amigo não teve tempo de avisar, para que Aninha preparasse a máquina e eu pudesse fazer algumas perguntas. Simplesmente ele surgiu, passou e ficamos a ver navios.

Eu correspondente de O Globo, fomos eu e Djair Dantas correspondente do JB aos Reis Magos tentar entrevistar o grande jogador de futebol Tostão, do Vasco da Gama, que estava em Natal para um jogo contra o ABC no novo estádio Machadão, inaugurado no ano anterior (1972).

Chegamos à portaria e nos identificamos como jornalistas. O recepcionista indicou que ele estava no restaurante e fomos até lá. Estava aparente o problema no olho esquerdo, recém-operado. Fizemos a entrevista. Ele, como bom mineiro, respondia com cautela. Aí Djair fez a pergunta certa. O jogador respondeu sem arroudeio: sim, ele iria consultar um médico nos Estados Unidos, o que o levou a deixar o futebol, porque havia risco de perder a visão do olho.

Djair Dantas foi um grande amigo e companheiro de trabalho. Morreu aos trinta e poucos anos num acidente de moto, em 1977, quando voltava da Barreira do Inferno, após cumprir mais uma pauta.

Fui também primeiro repórter a entrevistar Tarcísio Maia em Aracaju, quando ele deixou o Conselho Deliberativo da Sudene para assumir o governo do estado do Rio Grande do Norte, em 1975. Quatro anos depois, recebi um convite que não pensei em recusar e que marcaria um novo momento na minha carreira.

Eu era repórter do Diário de Natal e correspondente de O Globo em 1978, quando recebo um telefonema com o convite para o cargo de assessor de imprensa do governo. Aceitei, desde que não tivesse prejuízo salarial. Tudo foi resolvido e voltei para o Diário com este furo: seria o novo assessor de imprensa do governo do estado. Recebi o cumprimento dos colegas e de Luiz Maria Alves que assim me disse: “As portas deste jornal estarão sempre abertas para você quando quiser voltar”.

Silvino Sinedino de Oliveira, diretor comercial do Diário, me disse que eu merecia e aconselhou: “Aproveite a chance com

a dignidade que você tem”. Comecei já marcando território. No primeiro dia, pedi para tomar café com o governador. E assim foi durante uma semana. O governador me perguntou porque deste expediente, e eu disse: “Para evitar intrigas palacianas, governador, e mostrar logo no início que mereço a sua confiança”. Assim já comecei disposto a evitar qualquer tipo de intriga.

Pouco tempo depois, alguns auxiliares alertaram o governador para a campanha do Diário de Natal contra a construção da Via Costeira. Chegaram para o governador e anunciaram que o que Luiz Maria Alves queria era dinheiro. Quando eu fiz sinal para falar, o governador disse de imediato: “Quem vai cuidar desta questão é Machado”. Assim ganhei a confiança do governador.

Alves era contra a construção da Via Costeira pela razão de que era um ecologista num tempo em que nem se falava disso. Alves acreditava que as dunas seriam afetadas e conseqüentemente o lençol freático da cidade seria prejudicado. Assim Alves fazia uma campanha contra, e o governador Tarcísio Maia, uma campanha a favor.

O governo trouxe o arquiteto Luis Forte Neto, autor do projeto, para explicar que não haveria nenhum risco. Alves trouxe o ecólogo e professor Vasconcelos Sobrinho, de Pernambuco, que condenou a execução. O governo então submeteu o projeto ao famoso paisagista brasileiro Burle Marx para um parecer, que foi favorável ao projeto.

Como assessor de imprensa, me coube a tarefa de encerrar a polêmica. Alves aceitou uma conversa particular com o governador, da qual fui a única testemunha a pedido dos dois. Alves concordaria em encerrar a campanha contrária com a seguinte condição: que fosse realizado o saneamento de Natal e que o governo fornecesse ajuda financeira ao Hospital Infantil Varela Santiago.

O governador concordou nos seguintes termos: quanto ao primeiro pedido, infelizmente não poderia atendê-lo, pois já estava no fim do mandato, mas que iria iniciar os estudos para que o sucessor pudesse tocar a obra; quanto ao hospital, daria o apoio necessário até que passasse a crise em que se encontrava. Ficaram de acordo. A Via Costeira foi construída e a área das dunas foi transformada numa reserva florestal que, futuramente, receberia o nome do seu defensor: Luiz Maria Alves.

No segundo mês, comecei a ter problema em receber meu pagamento. Procurei o governador. Na ocasião, o consultor-geral do estado preparava uma reforma administrativa e a solução foi finalmente criar a Assessoria de Imprensa, extinguindo a subchefia de comunicação, que era subordinada à Casa Civil. A assessoria estaria diretamente vinculada ao gabinete do governador, e o assessor teria status de secretário de estado. E foi assim que deixei aos meus sucessores um cargo compatível ao trabalho do jornalista.

Confesso que os primeiros dias de trabalho não me encantaram. Eu era um repórter político acostumado a escrever matérias que costumavam ganhar a capa e tinha agora funções muito mais burocráticas, que envolviam inclusive trajar terno completo. No entanto, pela primeira vez na vida, não trabalharia mais aos sábados.

A atividade do assessor era divulgar as ações do governo. Além disso, tomei como prática não deixar nenhuma denúncia sem esclarecimento, nenhuma pergunta sem resposta. Na assessoria, encontrei amigos de redação: Francisco Macedo, Wellington Medeiros, Aírton Bulhões e tantos outros, como Sanderson Negreiros, que era secretário de Assuntos do Governo.

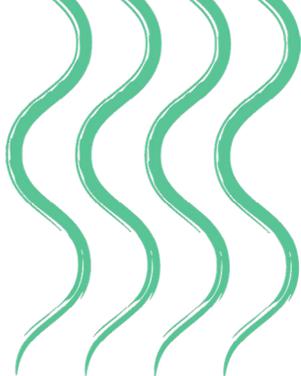
E assim exerci completamente o jornalismo, que me concedeu a oportunidade, dentre tantas outras numa vida toda de exercício e dedicação, de conhecer o papa João Paulo II e o ex-presidente de Portugal, Mário Soares, do qual fui assessor por três dias; e também políticos, como José Américo de Almeida e Petrônio Portella; e grandes jornalistas, como Carlos Castello Branco, Vilas-Boas Correa, Murilo Melo Filho, entre tantos outros.

Fui, acima de tudo, um repórter. Fiz do jornalismo o meu sacerdócio.



Me tornei jornalista por acaso

Cassiano Arruda Câmara

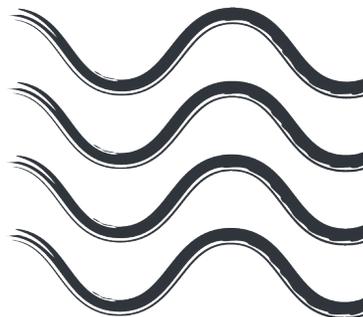


A minha vocação de jornalista nunca existiu. Me tornei jornalista por acaso, como tudo o que aconteceu na minha vida. Eu não planejei ser jornalista. Meus pais moravam em Nova Cruz e em 1952, eu nascido de 1944, portanto, aos sete anos de idade, vim ser interno em Natal no Ginásio Sete de Setembro. Em 1953, fui estudar interno no colégio Marista e fiquei até 1960.

Minha casa em Nova Cruz era um comitê eleitoral. Minha família era de políticos,

meu pai foi prefeito, minha mãe também foi, e assim me educaram para ser político. Menino, comecei a fazer discursos. Era um sucesso.

As pessoas diziam: olhe o filho de Lauro Arruda, ele faz discursos. Aluizio Alves na campanha de 1960, e lá em casa éramos aluizistas, ligava para o colégio me convidando para discursar, eu então com 16 anos. E eu já era um orador. Tinha a ala moça que cantava, e eu saudava a ala moça, exaltava a beleza das moças da ala.



E fui tangido para ser médico, porque na cabeça dos meus pais o melhor instrumento para ser político era fazer medicina para poder atender ao eleitorado.

Foi aí que, eleito governador do estado, Aluizio Alves tentou renovar os quadros políticos e me convidou para participar. Embora não tivesse ainda 18 anos, o convite foi para ser oficial de gabinete. Quando meu papai soube, resolveu intervir, matriculando-me no colégio Ipiranga para me preparar para o vestibular na faculdade de medicina do Terreiro de Jesus, em Salvador, na Bahia. Fiquei dois anos por lá.

Ocorre que eu saí do internato sem vivência e fui cair na Salvador dos anos sessenta que era a Salvador dos livros de Jorge Amado. A Salvador da Rua Chile, da Civilização Brasileira. Cheguei a ver várias vezes Jorge Amado na porta da livraria batendo papo. A grande verdade é que, mesmo tendo terminado o científico, não estudei com afinco. Salvador era uma festa, o Cinema Novo despontando, os caras no colégio voltados para o cinema. A verdade é que o meu interesse não era estudar medicina. Passei dois anos e estudar que era bom, nada. Só sei que perdi o vestibular e voltei.

A distância de Salvador para Natal naquele tempo seria o mesmo que hoje daqui para as ilhas Fuji. A comunicação não era fácil. Não havia telefonia, a conversa com a família era por carta; de voo, primeiro um covair da Cruzeiro, depois que apareceu o voo direto da VASP Salvador-Natal.

Só sei que passei esse tempo desplugado de Natal, porque não havia comunicação. Algo que os Estados Unidos superaram agora com a internet. O normal era o garoto americano sair da sua cidade para estudar e perder totalmente o contato com os amigos, a namorada etc. Hoje isso não ocorre mais, todos os jornais de cidade têm edição digital e pelo digital continua em contato. Não vivi essa fase. Se contextualizo, é para dizer que perdi o contato totalmente com os amigos e tudo mais e, quando volto a Natal, não tive tempo para me matricular em qualquer curso nem muito menos prestar o vestibular.

Voltava certo de que a medicina não era o meu negócio. Mas não havia colocado o guizo no gato com papai quando, Aluizio Alves, em janeiro de 1963, anuncia a abertura da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza. E mais: haveria já um vestibular em março. Assim, teoricamente, para não perder mais um ano,

eu fiz o vestibular e neste vestibular havia alguns colegas do colégio Marista. Um deles é meu colega da Academia (Academia Norte-rio-grandense de Letras), Cláudio Emerenciano, a quem fiz um elogio no discurso de posse; o outro, Luiz Sérgio Medeiros de Oliveira, o Lulinha, filho do doutor Mucio Galvão.

Foi um vestibular concorrido. Poucos jovens. A maioria dos postulantes era de jornalistas não formados que atuavam nas redações. Aluízio até havia criado uma história de quem não fosse jornalista formado, não precisava de curso secundário para se inscrever. Até militares, um dos quais terminou meu carcereiro na base área de Natal, prestaram o exame.

Então, entrei para o jornalismo. Lembro que nesta época havia lido um livro que mudou a minha cabeça. Se chamava “Como se faz um presidente da república”, de Theodore White. Era a história da campanha de Kennedy para presidente dos Estados Unidos. Eu achei aquilo a coisa mais sensacional do mundo. Como eu queria ser político e coisa e tal, fiquei fascinado.

A campanha de Kennedy foi marcante por uma série de pioneirismos. Kennedy foi o primeiro católico a ser presidente dos Estados Unidos; Kennedy representava a ala liberal;

Kennedy teve por adversário Richard Nixon; o país saía do macarismo; o presidente era o general Eisenhower; e o mundo viva a guerra fria, Ocidente contra Oriente. Uma época bem interessante.

O livro contava toda essa história. Conta como foi feito o debate na televisão, relata o uso das modernas técnicas de propaganda, as pesquisas. Então isso fez a minha cabeça na época em que entrei para a faculdade, e pensei: “Isso dá certo para mim”.

Ainda estava no comecinho da faculdade quando um belo dia chega um sujeito por lá. O nome dele era Fernando Luís da Câmara Cascudo. Filho de Câmara Cascudo. Publicitário, Fernando Luís havia sido homem de rádio com programa de auditório e havia feito a campanha eleitoral para o governado do estado de 1962 em Pernambuco. João Clofas contra Miguel Araes. Uma campanha tão radical, que Fernando perdeu a condição de ficar morando em Pernambuco. Foi em um encontro acidental com Aluizio Alves, com o governo precisando de uma agência, que Aluizio sinalizou para Fernando: “Leve a sua agência para Natal e venha prestar serviço ao governo, estamos precisando”.

Para se ter uma ideia, Aluizio era um cara a frente do tempo dele, sabia a importância da propaganda para a política. Aqui em

Natal, Aluizio era atendido por uma agência do Rio de Janeiro, a JMM, e por uma outra agência chamada Publicibrás.

Já pensou você precisar dar um simples aviso e ter que mandar uma pessoa para o Rio de Janeiro ter que entrar em contato via telegrama Western? Naquele tempo não havia telefone, então ter uma agência próxima facilitaria, seria uma revolução.

Fernando aceita, monta uma agência na cidade e traz toda a sua equipe. Amigo do pai de Lulinha, meu colega de turma, Fernando soube da história da faculdade e um belo dia apareceu por lá para fazer um teste. Estava garimpando para a sua agência profissionais na cidade que tivessem aptidão.

Eu fiz o tal teste e no dia seguinte fui trabalhar com ele. Empregado ganhando dezesseis contos por mês, o que equivalia a um salário mínimo. Tinha o pomposo título de assistente da diretoria. Mas, na verdade, eu era um boy de luxo.

Poucas agências hoje têm a estrutura que ele tinha em 1962. O departamento de mídia da agência era chefiado por João Felipe Leite, pernambucano, que depois se tornaria juiz e, na época da

campanha em Pernambuco, foi chefe de mídia da campanha de Araes contra Fernando.

Uma das minhas tarefas, e foi quem primeiro utilizou este termo aqui, e foi a Vesper – como se chamava a agência de Fernando Luís –, era preparar um press release para atender aos clientes. O press release consistia em distribuir notas e matérias para os jornais. Na época, em Natal, circulavam os jornais Tribuna do Norte, Diário de Natal, Jornal do Commercio, Correio do Povo, Folha da Tarde e A Ordem, que era um semanário.

A agência funcionava na rua professor Zuza, na Cidade Alta, em um sobradinho, do lado esquerdo da rua. Três ou quatro casas antes de chegar a Igreja do Galo e abrigava todos os departamentos de uma agência de propaganda.

Da cidade, apenas o gerente de operações, Waldir Farias, que continuou trabalhando com propaganda durante muito tempo. Inclusive, andou pelo Sul. Fernando era um batalhador. A clientela era basicamente o comércio da cidade, então eram os anunciantes as casas, como a Casa Gomes, a Casa Porcino, entre outras.

Publicidade naquele tempo era basicamente anúncios para jornal e rádio. Os jornais logo de cara receberam bem a agência que assumia o trabalho que antes era deles, o de produzir o anúncio.

Fazer um anúncio era um trabalho descomunal. O sistema de impressão era a quente, o anúncio era feito no clichê. Clichê é um tipo de gravura em que você transferia o que ia publicar para o zinco e este zinco vinha montado em uma estrutura de madeira. Era uma mão de obra.

Naquele tempo, fazer a composição era negócio muito complicado. A composição dos anúncios da Vesper era feita em Recife. O sujeito pegava o texto e encaminhava via ônibus. O anúncio ia, era produzido e mandado de volta. Naquele tempo, se usava ilustração e não fotografia. A foto dava má-impressão, ficava um borrão. O traço dava melhor a impressão, por isso que era utilizado.

Feito o texto, o diretor de arte, que naquele tempo se chamava layoutman, fazia o layout. No lugar do título, que ele não tinha como fazer, colocava *oioioioi* e eu levava para apresentar ao cliente um papel onde estavam escritos o anúncio e o texto, e explicava: “Aqui fica o título, aqui o texto, aqui a imagem”.

Este era material que ia para Recife. O anúncio não era feito em Natal, porque as linotipos eram de jornal e as linotipos de jornal, aqui, eram desfalcadas. Faltavam letras, havia uma limitação na variedade de tipos e a forma de conferir mais qualidade ao anúncio era mesmo mandar para Recife.

Então publicidade era jornal, rádio, promoção, carro de som e evento. O press release eu fazia na agência e ela enviava, era um trabalho jornalístico. A grande conta da agência era “seu talão vale um fuscão” e o carro de som saía pelas ruas: vai ter um grande sorteio, etc. e tal.

Comecei na agência e entrei para o curso de jornalismo ao mesmo tempo. O primeiro ano da faculdade foi excepcional. Aluizio trouxe um grande nome do jornalismo para Natal, um profundo conhecedor da cozinha do jornal, Luís Jorge Lobo. Quando Lobo chegou por aqui, já era um profissional consagrado pela revista que ainda hoje é referência, a Senhor e havia trabalhado na Tribuna da Imprensa, com Carlos Lacerda.

Era uma sumidade. Lobo procurou fazer uma faculdade de alto padrão em jornalismo. Até então, no jornalismo daqui, ninguém

havia usado o lead, o que se fazia na redação do jornal era um nariz de cera. O que era um nariz de cera: o cara começava a contar detalhes: a tarde fria de Natal, quando o sol ia se escondendo, apareceu não sei o que e houve uma discussão e tal e a mulher falou mal do marido e o marido deu cinco tiros na cara dela. E aí o leitor já havia se entediado e a notícia se perdido.

Do ponto de vista jornalístico, também aconteceu um fato novo. Aluízio convidou o jornalista Walter Gomes, que havia trabalhado com ele na campanha, e que à época estava trabalhando no Jornal do Brasil, para dirigir a redação da Tribuna.

Houve um choque grande porque Walter levou gente de muito talento para a Tribuna. Basta ver o time de copidesques que escolheu: Berilo Wanderley, Sanderson Negreiros, Luís Carlos Guimarães, Newton Navarro, que tentou mais não ficou, então era este timaço.

Quando vejo algumas destas matérias que são publicadas hoje em dia, penso: “Ainda bem que tive um bom copidesque!”. Então estes caras pegavam um texto ruim e transformavam.

Walter também escolheu um time de jovens com potencial para serem bons repórteres e nesta leva eu fui um dos escolhidos. Aí já comecei uma coisa que era errada. Naquela época, não era. Se o sujeito tivesse capacidade para ter dez empregos, ele teria. Porque naquela época faltava mão de obra. Então continuei na Vésper comecei a ser repórter da Tribuna do Norte.

Terminei gostando do que fazia e o jornal começou a me abrir expectativas. Uma das reportagens que vou publicar em livro, reunindo uma seleção de reportagens de minha autoria, é desta época.

Abro um parênteses. Normalmente, jornalistas publicam livro com reunião de artigos ou reunião de crônicas e este livro que vou publicar, o terceiro, é um livro de reportagens. O título do livro é *Cinquenta anos de reportagem*.

As primeiras reportagens que publiquei lá nos idos de 1966. Seleccionamos 200 textos publicados nos jornais Tribuna do Norte e Diário de Natal. A ideia inicial era a de publicar o jornal de Cassiano Arruda Câmara, pois há textos de política, de cultura, de economia, entrevistas, mas optei, em conjunto com o editor, o jornalista Adriano de Souza, por seleccionar apenas o que era reportagem.

E continuei na faculdade. Fui estudante de jornalismo até 1977, quando me formei e fui ser professor do curso. Uma das melhores coisas que fiz na minha vida. Eu queria ser professor e a exigência era a que fosse graduado. Foi o que me levou a terminar o curso. Eu estava desnivelado, a faculdade a princípio era três anos, depois passou para quatro, então tive que pagar diversas matérias no último ano. Cursei disciplina pela manhã, tarde, noite.

A disciplina que passei a lecionar e foi a única que ministrei durante toda a minha carreira no magistério sempre foi Comunicação publicitária. Tenho a convicção de que fui um professor respeitado, porque não faltava aula, numa época em que todo semestre havia greve. Eu não fazia greve porque era um professor de 20h. O único de 20h!

Assim, não me formei com a primeira turma. No fim do primeiro ano, Lobo saiu. Veio um cara de Recife para assumir, um sujeito que tinha outra mentalidade. Enquanto Lobo dizia que não queria fazer bacharel, e sim jornalista, o sujeito que veio, e o sujeito era bom, Luís Beltrão, pretendia formar comunicadores.

Foi nesta época que começou a aparecer referências a um cidadão chamado Marshall McLuhan, que começou a se falar em comunicação, que se começou a falar em aldeia global, e o novo diretor era desta linha dos teóricos da comunicação, que eu acho que é o que é a faculdade até hoje.

Então comecei a ser jornalista de fato. Descobri um novo mundo, o jornal, e fazendo jornal com a expectativa de ser candidato a deputado estadual em 1966.

Não me imagino até hoje fazendo outra coisa. Talvez não desse certo. Naquele tempo, eram poucos os jornalistas profissionais. Os jornais pertenciam a partidos políticos e os colaboradores eram correligionários que iam ocupar um lugar no governo. Tinham uma gratificaçãozinha, uma orelha pelo jornal. Profissionais eram poucos. E jornalismo pressupõe talento. Dona Joanita, minha mãe, dizia muito uma coisa que eu usei em jornal: quem varre bem é vassoura nova.

A redação da Tribuna era Walter Gomes, editor; os copidesques Berilo, Luís Carlos, Sanderson. Havia o primeiro sujeito a diagramar jornal em Natal, talentosíssimo, chamado Sebastião

Carvalho, uma figura boêmia; e os repórteres Gutemberg Mota, hoje desembargador em Minas Gerais, que cobria polícia; Cassiano Arruda, João Batista Machado, Ricardo Rosado, Hamilton de Sá Dantas.

E assim ingresso em outubro/novembro de 1963 na Tribuna. O jornal tinha seis páginas e impressão plana. O impressor pegava folha por folha, imprimia de um lado, depois virava, e imprimia do outro. Esta era a nova Tribuna do Norte. Uma das maiores dificuldades daquele tempo era a capacidade gráfica dos jornais, embora as tiragens fossem muito pequenas, em torno de 500, 700 exemplares. O Diário, que tirava mais, tirava 2000.

O Diário tinha uma grande vantagem sobre a Tribuna em matéria de impressão, porque era rotoplana, ou seja, usava bobina. A grande inovação de Walter Gomes na Tribuna, portanto, foi a adoção do lead e a instituição da pauta.

Até então o que havia eram os setoristas. Por exemplo, havia o setorista do Palácio do Governo, então todos os dias ele aparecia no palácio e perguntava o que havia acontecido e escrevia a notícia; setorista da secretaria da fazenda, a mesma coisa.

O repórter passou a ter uma pauta e a responder por ela. Três ou quatro matérias por dia era a obrigação do repórter. Natal, naquele tempo, era uma cidade pequena, de 160 mil habitantes. Walter também instituiu uma novidade, passou a exigir uma reportagem. Algumas delas eram assinadas, quando o texto era melhor, e tudo cabia na reportagem. O jornalismo nunca deixou de ser o mesmo e o que é hoje.

O repórter fazia tudo. O texto e as fotografias. O repórter era também o fotógrafo. Naquele tempo, as máquinas de escrever eram enormes. A Tribuna funcionava na Tavares de Lyra, onde hoje há a máquina impressora da Tribuna, ali era a redação. O veículo era um jipe. A redação era uma festa.

Natal possuía 2000 telefones e era possível fazer 180 ligações simultâneas, descobri isso ao reler umas das minhas reportagens da época.

A presença feminina no jornal começou nos serviços burocráticos, mas havia as mulheres jornalistas. Miriam Coeli, Ana Maria Concentino – Aninha, grande jornalista, repórter excepcional –, Otemia Porpino, repórter, Ariadne França, também.

Albimar Furtado foi meu foca, na Tribuna; Vicente Serejo foi meu foca no Diário. Vicente era noivo de Rejane, que havia sido repórter na Tribuna. Luiz Maria Alves queria que eu fizesse um vespertino, mandei chamar Rejane e ela veio com aquele namorado. Eu vi que ele tinha talento. Vicente tornou-se um dos grandes nomes do jornalismo no Rio Grande do Norte.

Aconteceu comigo o que de pior o jornalismo é capaz de fazer com os seus filhos. A função mais importante de qualquer jornal é o repórter, aí você se torna burocrata da redação: primeiro fui repórter, depois chefe de reportagem, chefe de redação, diretor de redação e fui para a cadeia.

Mas como eu gostava muito da reportagem tive a oportunidade de nunca deixar de ser repórter. Nem quando fui editor chefe, nunca deixei de ser repórter, e nunca quis deixar de ser. Quando eu era chefe de redação, me chamou atenção um maracatu daqui de Natal fazendo o maior sucesso na televisão.

Estava em todos os programas: Silvio Santos, lá estava Carlos Alexandre; Flávio Cavalcanti, Carlos Alexandre; Chacrinha, Carlos Alexandre; Bolinha, Carlos Alexandre; Raul Gil, Carlos Alexandre.

Fui procurar saber quem era. O sujeito morava na Cidade da Esperança, havia comprado duas casas, colocou abaixo e fez a casa dele no lugar dele, que era a Cidade da Esperança.

Enxerguei ali uma grande reportagem. Pautei para uns quatro ou cinco repórteres, e nenhum se interessou, porque Carlos Alexandre era um cantor brega. Eu fui e fiz. O que me intrigava era como um cara pobre, humilde, nascido em Cidade da Esperança, havia se tornado um sucesso nacional. Carlos Alexandre me contou toda a sua história que era a história de Natal de uma época.

Carlos Alexandre foi uma das melhores matérias que já fiz. Eu sabia fazer reportagem, era o meu ofício. Até hoje, eu faço. O método do repórter é muito simples, não tem mistério: é perguntar.

Reportagem sempre foi apurar e escrever e nunca vai mudar. E o lead. A coisa mais importante de uma matéria até hoje é o lead. Se tiver um bom lead, tem uma boa matéria, senão tiver ou a matéria não presta ou você não sabe fazer. Escrever era sentar à máquina. E, para facilitar a diagramação, havia um tipo de lauda, dividida por 72 batidas e trinta linhas.

O repórter é um ser analfabeto que não sabe de nada. Não adianta o repórter brilhar diante da fonte, ele deve mostrar que é ignorante no assunto em pauta e não ter vergonha de dizer que não conhece o tema.

Já a coluna é outra coisa. É opinião. A minha surgiu dez anos depois. Foi um acidente. O Diário de Natal era um jornal de seis páginas e havia uma coluna de maior respeito e importância que era a Quadrantes, de Sanderson Negreiros. Nessa época, a TVU era geradora de vários cursos e, nesse embalo, chamaram Sanderson para um curso em São José dos Campos.

Sanderson era o maior colunista do jornal. Convidaram, ele aceitou, mas a partida era imediata, o avião da FAB saía no mesmo dia, ou ele ia, ou não ia. Ele foi. E como preencher o espaço para que o jornal não saísse com a página em branco no outro dia? Eu era o editor do jornal. Ficou aquela conversa: quem vai fazer? Eu disse a mim mesmo, eu não tenho condições de substituir Sanderson que era sobretudo um grande cronista, grande texto, coisa que eu nunca tive.

Eu pensei que poderia assumir, mas se fizesse de outra maneira. Na época, estava o maior sucesso as colunas tipo *hard news* e eu

achei que daria certo. Naquele tempo a coluna do tipo de maior prestígio era o informe JB, e comecei a fazer na expectativa de devolver quando Sanderson voltasse. O próprio Luis Maria Alves disse quando Sanderson retornou: “Sanderson volta para a coluna dele, mas a sua não acaba”.

Fico na Tribuna do Norte até o dia 16 de maio de 1969, quando sou preso. Depois, quando saí da prisão, me senti um pouco inseguro e Luiz Maria Alves aparece com um convite. Alves foi minha testemunha, porque eu fui julgado, sentei no banco dos réus, e Alves saiu de Natal para Recife em um fusca para prestar depoimento ao meu favor.

Foi nessa época que ele me chamou para o Diário. E aí fui promovido de cachorro a burro. Saí de diretor de redação da Tribuna para repórter e fotógrafo no Diário.

A experiência no Diário foi espetacular. Enquanto faltava à Tribuna condições físicas, o Diário foi o primeiro jornal a implantar o sistema offset que permitia a reprodução de fotografias, e fotografias grandes, que não se usava porque era muito caro no sistema clichê.

Quem salvou a pequena imprensa nos anos 1960 e 1970 foi a introdução do offset. Esse foi um dos três grandes fatos que mudaram a história do jornalismo no Rio Grande do Norte. A implantação do offset, a faculdade jornalismo e a chegada da televisão.

Luiz Maria Alves, para completar, pegou o que melhor havia no jornalismo da cidade e levou para o Diário de Natal e mandou no Rio Grande do Norte até a chegada da televisão. Conseguiu, nessa época, ter uma venda de 30 mil exemplares do Poti de domingo.

Luiz Maria Alves era um imprevisível, dizíamos na redação: “O coroa é imprevisível”. Quando se pensava que ele ia por um caminho, ele trilhava outro. Conto apenas um dado sobre Luiz Maria Alves. Se dizia que ele era doido por dinheiro e fazia tudo por dinheiro. E precisava de dinheiro para fazer o jornal dele. Quando ele assumiu o jornal, estava falido, mas ele fez o jornal. Teve o tirocínio de compreender que para o jornal escapar precisava melhorar fisicamente, então tinha que ser por offset, nenhum jornal no Nordeste tinha offset quando ele foi atrás.

Conto a história. Fim do governo Tarcísio Maia, Tarcísio resolve fazer a grande obra para consagrar o seu governo. Seria uma

grande avenida ligando Areia Preta a Ponta Negra. Seria uma avenida de quatro pistas.

Vivíamos o AI-5 e Luiz Maria Alves começou a questionar. Achava que se se fizesse a Via Costeira a cidade desapareceria, porque, segundo Alves, as dunas eram a proteção natural da cidade, além do que o filtro que permitia que o lençol freático fosse renovado. E começou a combater o projeto, uma época em que jornal nenhum tinha coragem de afrontar governo.

Tarcísio, que era um homem inteligente e sagaz, ouviu os asseclas dele, que disseram: Alves é doido por dinheiro, se o senhor der dinheiro a ele, ele vai apoiar. Tarcísio convidou Alves para conversar.

No encontro, Tarcísio começou com aquela conversa cerca-lourenço até que foi incisivo e perguntou: “Alves, o que faço para ter o apoio do Diário de Natal?”. Imaginou uma conta enorme. Alves respondeu o seguinte: “Três coisas. Suspenda o projeto da Via Costeira; apoie o Hospital Varela Santiago, que se encontra em dificuldade; e faça um plano de saneamento para Natal”.

Este era Luiz Maria Alves. Quando ia fazer teste para vaga no jornal, aplicava um ditado. Alves entendia que o fundamental para se ser repórter era saber usar o vernáculo.

Na redação, era o caos. Alves administrava atrito, não tinha sala, andava com revólver na bainha. Em 1971, fui convidado para ser assessor de imprensa do governador Cortez Pereira. Passei um ano no cargo e o Diário de Natal cobriu o salário para que eu ficasse na redação.

Normalmente, Alves pagava catorze a quinze salários por ano. Como o jornal era lucrativo e pertencia aos Diários Associados, para não enviar o excedente da receita, Alves deixava por aqui em bônus para os funcionários.

Alves dizia que não existem amores nem inimizades eternas, a empresa quem define. Entrei no Diário no dia 1º de setembro de 1970 e fui demitido no dia 22 de abril de 2009. Cheguei na redação para trabalhar e havia uma carta de demissão. Então deixo o Diário e faço um jornal.

O caso do Diário de Natal foi o de um assassinato de um jornal. Entregaram a redação do jornal a um sujeito que não era jornalista, não morava aqui, e imaginava que jornal era produto gráfico. E assim assassinou o jornal.

O Diário de Natal vendia em janeiro de 2009 nove mil exemplares e começou a desmilinguir-se, mudou de tamanho. Era evidente que o fim estava perto.

Pela primeira vez, havia sido demitido na vida. Evidente que fiquei muito chateado. Mas sempre aconteceram coisas absolutamente incríveis comigo. Meu amigo, Antonio Gentil, pagou um anúncio porque eu havia sido demitido:

De grandes amigos a gente nunca abre mão. Cassiano Arruda Câmara é um ícone do jornalismo potiguar. Em sua trajetória profissional transformou-se em referência de comentarista esportivo, repórter, analista político e colunista. Emprestou credibilidade e audiência aos veículos em que trabalhou, fez da Roda Viva uma grife de notícias, na qual se pode ler quarenta anos da história do Rio Grande do Norte. Formou jornalistas

nas redações e na cátedra universitária, aderindo com entusiasmo às inovações tecnológicas que redefiniram o jornalismo, dos tipos de chumbo aos caracteres eletrônicos digitados a velocidade do pensamento. Cassiano Arruda Câmara é um grande otimista que estará sempre se reinventando e um grande amigo de uma lealdade que não aparece no jornal, mas paga acima de todas as circunstâncias e de grandes amigos a gente nunca abre mão, Antonio Gentil.

Aí começou aquela história: “Por que você não monta um jornal?”. E comecei a ver a possibilidade. Eu tinha medo de montar um jornal porque achava que um impeditivo era ter que montar um parque gráfico. Quando veio a ideia: o próprio Diário estava sendo impresso em Recife, e pensei: “Por que não imprimo em Recife ou João Pessoa?”.

Procurei uns amigos que tivessem interesse em colaborar financeiramente. Investi também dinheiro meu, e tinha plano de fazer um jornal que durasse quinze meses. Foi lançado no dia 17 de novembro de 2009 e imaginava que até maio de 2011 ele se definiria. Assim saiu o Novo Jornal. Comecei a pensar,

a ler, a pesquisar, juntei algumas pessoas para gestar. Adriano de Souza e Carlos Magno participaram desse processo. Contratei uma empresa especializada, fiz a coisa como deveria ser feita: *bussiness plan*, pesquisa de mercado. E isso numa época em que todo mundo dizia que o jornal ia se acabar.

Mas eu acredito que o jornal não vá acabar nunca. Vou usar Umberto Eco: o grande mal da internet é ter dado voz também a quem não tem o que dizer, informação há muita, no entanto, uma informação que não é aprofundada, não é hierarquizada e tampouco analisada, então o papel do jornal hoje é diferente do que era lá atrás.

Lá atrás, quando comecei, Luiz Maria Alves dizia que para mostrar a importância do veículo o jornal tinha que ter a hora de sair. Até uma notícia como a morte do papa anunciada na hora do jornal sair, não impediria o fechamento da edição. Por que? Estamos falando dos anos 1950/60, onde não havia televisão, satélite, quando a informação passou a vir pelo repórter Esso. Não havia competição. Então o jornal era a fonte de informação. Hoje, a informação é tempo real. Pela televisão você está em contato com os fatos. Mas isso não é tudo. É preciso que a informação passe por uma análise. Esse é o papel do jornalismo.



Trabalhar em jornal era uma pedreira

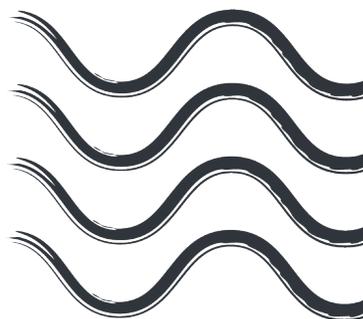
Albimar Furtado



Comecei no jornalismo não por pressão, mas por desejo da minha família. Fiz o científico no Atheneu e me preparei para fazer vestibular para Medicina, mas não tive sucesso. Vivía aquela fase, saindo da adolescência. Era de família pobre e precisava ajudar em casa, então fui à luta. Por conta de uma ideia maluca de pegar uma carona e me mandar para Minas Gerais (não sei por que Minas Gerais) para arranjar um emprego, meus irmãos, sou de uma família

grande, não gostaram muito da ideia e me ajudaram a encontrar um emprego.

Meu irmão Alridan trabalhava na Tribuna do Norte, vivíamos 1967, e falou com Cassiano Arruda, então chefe de redação, para ver se havia algum lugar para mim no jornal. Nessa época, a cidade era pequena. Natal terminava onde hoje é o shopping Midway Mall. Mesmo assim, Cassiano, que também era o pauteiro do jornal, precisava todos os dias dos dez repórteres para cobrir pauta. Não era fácil encontrar em uma cidade dessas



40 assuntos que merecessem ser notícias. E talvez por isso ele deve ter pensado ao me ver entrar na redação: “mais um repórter e eu vou ter que arranjar mais quatro assuntos”.

Antes disso, ele teve uma ideia muito boa que muito me ajudou. Perguntou se eu sabia datilografia, e eu não sabia, e disse: “você vai vir aqui todos os dias olhar o jornal e copiar notícias”. Na verdade, ele estava me dando uma oportunidade muito maior que exercitar a datilografia. Era a oportunidade de aprender ao copiar a técnica da redação da notícia. Assim começou a minha primeira escola de jornalismo.

Em determinado momento, um grande repórter policial, um dos maiores repórteres que eu conheci, Pepe dos Santos – que não tinha texto, precisava ser sempre reescrito, mas como repórter era formidável –, precisou se submeter a uma cirurgia e, nessa circunstância, me colocaram para fazer polícia junto com Abmael Moraes, que era o editor e também um jornalista de muita sensibilidade.

Abmael teve uma história interessante no jornalismo do Rio Grande do Norte. Na época, fui ser repórter dele, que me incentivava muito e era muito criativo; eu tinha lido o livro *Os sete*

pecados da juventude sem amor, de Fernando Pinto, repórter da Folha de S.Paulo, em que ele narrava a juventude transviada, desenvolvendo várias reportagens. Baseado nisso, preparei algumas reportagens para Tribuna e, quando Pepe voltou, eu estava com meu lugar assegurado como repórter.

Era uma fase romântica da imprensa nacional e no Rio Grande do Norte não seria diferente. Os jornais eram pequenos, de oito ou dez páginas no máximo, de um caderno somente. Você tinha editorias de polícia, esporte e geral, cidade, economia e política. Nessa fase romântica, eu não diria de forma irresponsável, mas se criavam notícias. Lembro que fiquei na polícia um determinado tempo, o que foi uma grande escola. Há um preconceito com o noticiário policial, até pela forma de se fazer, porque muitas vezes você vê apenas: “fulano de tal, tantos anos, foi assassinado”, mas não se procuram as histórias que estão por trás, não se humaniza uma notícia dessa – se é que se pode –, não se escreve as histórias das personagens.

E acontecia de faltar notícia. Me lembro que surgiu na redação do Diário de Natal – alguns falam que por parte de Sanderson Negreiros, que é muito criativo, uma mente formidável – histórias

de pessoas que vestidas de capa preta, como personagens de ficção, matavam, roubavam. Às vezes se dizia que queriam amar, ser cortesias. Enfim, criou-se um medo aqui em Natal e em outros lugares também. Eram vistos no cinema Rio Grande, na praia. O Diário de Natal vendendo às pencas e a Tribuna ficando para atrás.

Aí Cassiano teve a ideia de me mandar ouvir o delegado da ordem política e social, Dr. Hernani Hugo – uma figura ótima, chamavam ele de “o bigode que prende”, em alusão ao cantor mexicano Bienvenido Granda, “o bigode que canta” –, e ele disse que era coisa da imaginação de um repórter muito criativo, que daqui a pouco dirá que viu uma bruxa montada em uma vassoura fazendo a linha Rocas-Quintas – a maior linha de Natal naquela época. Então você tinha coisa dessa natureza no jornalismo.

Depois Abmael criou uma história muito interessante, quando eu ainda não trabalhava na Tribuna. Ele fez uma série de reportagens sobre um casal que morava em Igapó, que na época era uma série de fazendas. Como estavam em dificuldade, o marido Djalma revolveu ir tentar a vida no Rio de Janeiro e depois iria mandar buscar a mulher Lourdes. Depois chegou a informação de que ele tinha morrido, então a viúva arranhou um noivo.

De repente, chega o marido, que tinha conseguido um emprego e veio buscá-la. Aí criou-se um triângulo amoroso. O marido dizia que a culpa era dele mesmo, o noivo dizia que o marido era o próprio Djalma. Eu lembro que no fim da série a matéria teve o título: “Lourdes quer Djalma”.

Quando cheguei para trabalhar com Abmael no jornal e relembrei da série de matérias, comentei como a história era interessante, e ele me disse de pronto: “é tudo mentira”. É que Woden Madruga, que era o editor do jornal, comentou com Abmael que o noticiário andava fraco, aí Abmael inventou essa história. Eu nunca contei para Woden, mas se não sabe, agora vai saber. Nessa época tinha muita dessas histórias de redação.

Eu tive muita sorte no jornalismo. Peguei uma redação onde tinha Woden e Cassiano Arruda. Ainda muito jovens, mas com muita experiência em jornal. Tinha Luís Carlos Guimarães, que era copidesque, e que foi um grande professor para mim. Eu levava minhas matérias para ele ler e ele me chamava, dizia isso e aquilo, apontava pontos na minha redação, uma verdadeira aula. Luís Carlos foi sempre um incentivador, conhecia a técnica e me explicava porque tal fato deveria ser o lead e coisa do tipo.

Havia também Francisco Macedo, um homem daqueles que fazia tudo dentro do jornal, da redação à oficina. Havia Sebastião Carvalho, um talento sem limite, que também trabalhava em rádio, fazia novela, e tinha um texto bonito. Quando cheguei à Tribuna, Sebastião cuidava da diagramação, montava páginas belíssimas, e naquele tempo era no olho, usando a sensibilidade de usar os espaços.

Havia Ana Maria Cocentino, que eu tenho a impressão que foi a primeira fotógrafa jornalista de Natal. Ana Maria começou como repórter e se entusiasmou pela fotografia. Havia Djair Dantas, que estava começando, e que, infelizmente, teve a vida curta. Ele foi um grande jornalista de Natal. E mais uma turma. Natanael Virgínio, Dailor Varela, Rejane e Serejo, que foi levado por Rejane e Dailor. Dailor não era do jornal, mas vez por outra colaborava na área cultural, de música, e já mostrava o grande texto que tinha. Tinha ainda Ticiano Duarte, que vez por outra chegava no jornal. Eu tive essa sorte de pegar essa turma de muita experiência, competência e conhecimento jornalístico.

Vivi momentos, não sei se posso dizer que foi sorte, mas muito tensos. Em um determinado dia de 1969, Agnelo Alves, que era

prefeito de Natal e escrevia diariamente uma coluna na primeira página, na qual assinava como AZ, foi preso por determinação do general e à noite foram buscar também Francisco Macedo e Cassiano Arruda dentro da redação.

O jornal, que já vivia em dificuldade, passou a viver mais ainda, pois no dia seguinte na redação ficaram desfilando soldados com fuzis e baionetas, a gente escrevendo e eles nas nossas costas, uma situação muito tensa e terrível.

Isso durou uns três ou quatro dias. Ficamos sem chefe de reportagem. Cada repórter ia para rua fazer suas reportagens. Foi um caos terrível. Isso foi durante o governo militar. E José Gobat, irmão de Aluizio Alves, e quem dirigia a Tribuna, teve a boa ideia de suspender o jornal. A Tribuna passou quinze dias sem circular, depois, foi voltando ao normal. Um momento muito tenso do jornalismo, em particular para a Tribuna, que era muito visada em função da participação política de Aluizio.

Depois fui ser repórter do caderno geral, era 1970. Havia uma disputa pela quarta página, que normalmente era um esqueleto de uma reportagem. Você saía da notícia, uma coisa bem mais

técnica, e ia para reportagem, que era mais livre e permitia o repórter deixar um pouco do seu estilo. Os repórteres queriam aquele espaço porque era um trabalho que dava mais prazer, se mostrava mais o trabalho, é verdade, e geralmente as pautas eram de cultura, sobre artistas, música, era muito interessante. Se cobria de tudo, o geral era uma espécie de médico clínico que atende a todas as especialidades.

Trabalhar em jornal era uma pedreira. Hoje você tem por lei as cinco horas de trabalho por dia e geralmente tem carros à disposição da redação, nessa época não. O repórter tinha que ter dinheiro para andar de ônibus, então o dia era pouco para produzir as quatro matérias. Andava-se muito a pé também, por isso tinha que chegar cedo na redação. Chegava às 7h30 ou 8h da manhã – em Natal daquele tempo o expediente começava mesmo às 8h – e a pauta já estava pronta, Cassiano já tinha colocado a pauta no escaninho de cada um e em seguida eu já ia para a rua batalhar.

Às vezes passava até duas horas esperando para falar com uma fonte em uma ante sala; aparecia e batia na porta, até porque telefone era difícil. Na redação havia um telefone para todos e não era fácil conseguir linha, o serviço era muito ruim. Se ficasse

tentando, perdia tempo ao invés de ganhar. E naquele tempo, o tempo já era precioso.

O clima de redação sempre foi muito interessante, agradável. Chegávamos pela manhã e já começávamos a discutir o jornal do dia. Também havia discussão sobre como foi a edição, a melhor foto, qual deveria ter ido para a primeira página e etc. Era uma coisa muito viva, muito dinâmica. Eu discutia com as pessoas sobre as matérias, discutia com Abmael, Cassiano, Luís Carlos Guimarães e isso era um aprendizado permanente.

Às vezes eu chegava entusiasmado com um assunto, achando que era uma grande notícia, e Cassiano dizia: “Isso interessa a quantas pessoas?”. Aí percebi que uma das principais condições para uma notícia é que ela tenha grande interesse. Às vezes uma ideia interessava a mim e a uns amigos, mas não era uma notícia. E assim ia acrescentando conhecimento ao trabalho. Era muito rica essa discussão. A gente usava papel, não havia gravador – era uma coisa pesada – e as cadernetas só viraram moda depois. Era no papo de redação que eu ia aprendendo as coisas.

Para distribuir matérias no jornal se faziam contas. Hoje temos cinco colunas no jornal, mas naquela época o jornal era mais largo, com oito colunas. Então se você queria colocar uma determinada matéria em uma página, para facilitar a conta tinha que fazer 30 linhas em uma página por 70 toques na máquina de datilografia. Esse era um exercício muito bom, depois da apuração já começava a mentalizar como seria a matéria, o lead. Esse processo de pensar a notícia tem que começar desde o início.

Quando comecei a trabalhar com jornal, Alberto Dines tinha feito uma revolução no Jornal do Brasil, que era o principal jornal do país; a diagramação, a forma de escrever, tudo foi modificado. Ele trouxe a técnica americana da pirâmide invertida e aplicou, porque na época os jornais eram mais opinativos, e com a técnica a notícia ficava mais objetiva. A grande diferença da notícia para a reportagem é que a primeira engessa mais o repórter. Já na reportagem é tudo mais livre. Na reportagem você precisa ter a dimensão do assunto, conhecê-lo, pesquisar.

Quando eu fui para o Diário, fiz uma matéria sobre o ABC, que estava em uma fase muito ruim; tive que levantar a história do

ABC, falar com pessoas que já não estavam ligadas, então uma reportagem levava até uma semana para se fazer.

Guardo algumas frustrações como jornalista; primeiro, não ser um bom fotógrafo, pois acho a fotografia formidável; depois, não ser um bom titologista. Qualquer um atribui um título a uma matéria, mas o título que chama, o título bom, são poucos. Essa pode ser a tarefa mais difícil no jornalismo. Cassiano Arruda foi um dos melhores. Eu vi em alguns manuais que para pensar um bom título é preciso falar alto, e ele fazia isso, saía rápido, fluía bem. Outros titelistas bons foram Djair Dantas e Sebastião Carvalho.

Nesse período, o Jornal do Brasil teve muita influência; antes disso, as fotografias eram 3x4, pequenas, não se valorizava. Aqui isso chegou no final da década de 1960, essa nova forma de apresentar e diagramar o jornal. As fotos começaram a ganhar espaço, o que provocou a melhor qualidade do fotógrafo, fotógrafos de qualidade, que se preocupavam com a qualidade jornalística. O jornalismo fotográfico cresceu muito na época.

O bom trabalho jornalístico era fazer junto matéria e foto, caso contrário, havia briga entre elas: o texto falando de uma coisa,

a foto de outra. Na época, acontecia naturalmente o casamento do repórter com o fotógrafo; e eu gostava muito de trabalhar com um fotógrafo na época, Clóvis Santos. Ele tinha a sensibilidade para perceber. Alberto Dines ensina, está no final do livro *O papel do jornal*, que “quando todo mundo estiver olhando para o entrevistado olhe para baixo”, e Clóvis tinha isso, ele sabia olhar os detalhes, porque muitas vezes o cenário diz muita coisa. Eu fiz muita matéria com ele por isso, ele enriquecia o texto que eu fazia. Não significa que somente ele, nessa época a gente tinha excelentes fotógrafos, mas me identificava.

Naquela época, o editor era quem editava todas as páginas e fazia as legendas, ou muitas vezes passava para o copidesque, que fazia uma vistória no seu texto, fazia uma varredura na técnica e gramática. Você sentava diante da máquina Remington e batia; era um trabalho danado. Ali você fazia um lead. Se não gostava amassava, o papel. Então a redação era um lugar sujo, era papel para todo lado.

O ambiente da redação era pobre, pela situação do jornal, principalmente na Tribuna, que não tinha uma grande receita comercial. Era um salão bem grande, no mesmo prédio que é

hoje, só que a entrada era virada para a avenida Tavares de Lira, no térreo. Tinha uma tábua na parede, de ponta a ponta, e as máquinas eram viradas para a parede. Não existia birô, mesa de trabalho, não tinha ar condicionado.

É verdade que a maior parte do tempo o repórter passava na rua, voltava para a redação somente por volta das 17h para produzir os textos. Na época, considerávamos tudo aquilo muito avançado, mas olhando hoje vejo que era um negócio sofrido. Os textos eram passados do repórter para o copidesque, depois para o editor e para o diagramador e esse material ia para a oficina, onde se trabalhava com máquinas – bonitas, até – de linotipos.

A temperatura era elevada, porque o chumbo era derretido e, enquanto se solidificava nas calhas, a linotipo moldava as letras. Como era muito quente por lá, se trabalhava sem camisa. Os salários da época eram muito baixos, insuficientes. Era coisa para adolescente gastar com farra de final de semana, e economizando. Nesse tempo não tinha sindicato, nada. Em torno de 12 horas por dia era a jornada do jornalista do batente, se chegava por volta das 8h da manhã e saía às 19h da noite.

Demorei para ir para o Diário de Natal. Já havia sido convidado umas três vezes para trabalhar por lá, mas eu tinha um apego à Tribuna e não ia. O que pesou foi a questão salarial. Então, após três anos na Tribuna do Norte, em 1970, eu já estava um pouco mais velho, tinha uma namorada e precisava gastar mais, então pesou essa questão salarial e eu fui trabalhar lá no Diário. Cassiano e Djair já estavam lá. Foram eles que sugeriram meu nome para a editoria de cidades.

Primeiro fui falar com Silvino Sinedino de Oliveira, que era o diretor comercial e se afinava muito bem com Luiz Maria Alves, que era o diretor geral. Seu Alves aceitou e eu fiquei. Eram eles dois no comando. Tinha o chefe de redação, que era o pauteiro, e tinha o editor geral – o que hoje é o diretor de redação. Na direção de redação, João Neto e Cassiano.

O Diário tinha uma estrutura bem melhor do que a Tribuna. Não era ainda uma redação ideal, mas cada repórter tinha sua mesa, você tinha editorias mais bem definidas, já tinha cidade, política, esporte, polícia. A polícia era o carro-chefe do jornal. Pepe dos Santos também já estava no Diário. A Tribuna era uma grande escola que empregava quem estava iniciando,

formava esse repórter na redação e depois o Diário, que tinha um poder econômico maior, ia lá e tirava o profissional, pagando um salário melhor. Além de Cassiano, Djair e Pepe, já estava também no Diário, João Batista Machado. Todos eles me antecederam.

A redação do Diário era maior, mais bem estruturada, tinha mais jornalistas e o jornal em si tinha um maior número de páginas. Foi uma nova experiência. Eu percebi que ganhei mais espaço como repórter. Tinha também outra grande figura, Sanderson Negreiros, que foi meu chefe de reportagem. Além de toda inteligência e competência, era uma figura humana formidável, tinha uma liderança natural com o pessoal da redação e me incentivava, tanto ele quanto Luiz Carlos, que foi meu grande professor. Com Sanderson, se aprendia muito. No Diário passei por várias editorias e fiquei como repórter por quatro anos nos quais tive algumas experiências novas.

Luiz Maria Alves tinha uma fantástica sensibilidade para o jornalismo, mas também tinha a visão comercial. Não adiantava mostrar uma ideia, por mais bonita que fosse; se não vendesse jornal, não adiantava. Entretanto, ele fez uma concessão uma vez. Foi o caderno de reportagens Módulo 4, que nós da redação criamos;

bem moderno, com temas variados, oito páginas, fotos grandes. Um projeto ótimo, exercitávamos a reportagem e a cada semana um editava, então já ganhávamos essa experiência de editor.

Tinha um rapaz chamado Jorge Batista, um baiano que chegou aqui em Natal com o texto formidável e que foi copidesque do Diário – mas que infelizmente morreu muito jovem em um acidente automobilístico, assim como Djair.

Jorge Batista teve a ideia de uma matéria assim: havia Alberi, um grande jogador de futebol, mas que tinha dificuldades de dar entrevistas, pois não se articulava bem na hora de falar. Ele fez uma foto do jogador normal e outra de cabeça para baixo, em alusão a “sem pé nem cabeça”, como era a entrevista com ele. Como havia muito espaço para foto no caderno, havia uma disputa – sadia – entre os fotógrafos, para ter destaque.

Nessa época, o Diário circulava de segunda a sábado e no domingo era O Poti, com a mesma redação. O Diário teve um avanço tecnológico muito grande com as máquinas offset. Foi o segundo jornal do Nordeste a ter uma máquina dessas. Quando eram usadas as máquinas rotativas, o jornal sujava muito as mãos;

com offset não, a impressão era limpa e também nítida, não havia borrão. Apesar de pequenas, as máquinas proporcionavam melhor diagramação, então era muito mais fácil trabalhar com ela.

Passei essas experiências no Diário e em 1974, nos últimos dez meses do governo Cortez Pereira, fui chamado para trabalhar para ele. Eu estava para ir para Belém do Pará, trabalhar para Rômulo Maiorana, que era daqui e havia montado lá O Imparcial, um império de comunicação da Amazônia com jornal, rádio e TV. Abmael estava trabalhando lá e me indicou, então acertei tudo, mas não fui porque Cortez me chamou para ser assessor de comunicação do governo.

Eu não queria, disse que já tinha o compromisso de ir para Belém, mas ele disse que com Maiorana ele se acertava, então me convenceu a ficar. Não foi de todo mal, porque tive uma convivência com Cortez, que é uma figura fantástica. Embora pessimista político, tinha uma vocação pública muito boa, inteligente, é tanto que fez uma administração revolucionária, apesar de ter sido injustiçado. Foi uma experiência boa, pois conheci o outro lado. Eu acho que tinha medo do mundo oficial, era muito novo. Achava que esse mundo estava muito distante, apesar de ter

trabalhado cobrindo o Palácio e o governo. O trabalho era muito de relacionamento com os veículos.

Diariamente, tinha um boletim feito em mimeógrafo. Havia repórteres da assessoria, como por exemplo Ricardo Rosado. Era uma redação pequena, uns quatro repórteres. O boletim era encaminhado e tinha as notícias das secretarias, dos projetos do governo, viagens, pauta administrativa. O boletim servia mais para pautar, não eram matérias prontas. Esse mundo do paletó e gravata me assustava um pouco. Mas não é só a roupa, é o que ela representa. Para quem tem a sensibilidade de trabalhar na redação, não casa. Mas acho que valeu muito a pena. Muita gente trabalhava ao mesmo tempo em jornal e assessoria.

Depois dessa experiência, retornei ao Diário em 1975. Chegando lá, Cassiano, que era um dos editores junto com João Neto, me propôs um desafio: fazer esporte. Uma coisa boa na minha carreira é que nunca disse não, e isso sempre foi um grande aprendizado. Como por exemplo quando fui fazer polícia, que se faz do mesmo jeito que economia, pois a técnica, a apuração são as mesmas; se você faz polícia vendo nisso um serviço social, você faz um belo trabalho. Então eu fui fazer esporte e gostei bastante.

Descobri personagens dentro do esporte: um jogador de futebol, Wagner, que gostava de passarinhos, mas não os prendia em gaiola e plantava as árvores para vê-los chegar; outro jogador que era brigão, mas era evangélico. Na conversa eu descobria coisas assim. Tomei para mim um conselho de Alberto Dines que sempre segui: lugar de repórter é na rua. Sempre gostei de ser repórter, apesar de também ter sido editor. A notícia está na rua.

Investido na função de repórter esportivo eu ia para o campo, frequentava a concentração dos jogos, participava dos treinos. Nas conversas, descobria essas figuras que a gente não imagina que existem e encontrava as suas histórias de vida; assim, alcançava um jornalismo que está além do placar dos jogos. Fiquei um bom tempo no caderno de esportes na fase de ouro do futebol.

Em se tratando do Diário de Natal, outros recursos tornaram possível um novo jornalismo. O uso do telefoto e do radiofoto permitiu ao jornal um novo visual e a possibilidade de estampar fotos de acontecimentos nacionais e internacionais, coisa que na Tribuna não havia. O jornal era um negócio lucrativo nesse tempo. Não havia concorrência comercial da TV, o jornal era o principal veículo. A televisão estava começando, a última capital

a ter TV comercial foi Natal, na posse de Geraldo Melo, em 1987, e foi a TV Ponta Negra. Então Sinedino ficava no mezanino do Diário dizendo ao editor João Neto os anúncios que chegavam. João Neto chegava ao ponto de anunciar que não se recebesse mais anúncios, senão não haveria espaço para matérias.

Luiz Maria Alves, diretor do Diário de Natal, foi um dos responsáveis pelo grande avanço do jornal no Rio Grande do Norte. Alves era chamado de “o britânico”, porque tinha lá uns hábitos ingleses, sempre com aquele cachimbo na boca, e praticava a pontualidade e brigava para sermos pontuais. Um homem profundamente humano. Exigente, do ponto de vista profissional, como tinha que ser, mas extremamente humano. Ele escreveu durante muito tempo o editorial, do próprio punho. Depois que assumiu a superintendência, chamava o editorialista e dizia como deveria ser.

Nem todos os dias o Diário tinha o editorial, só quando o jornal precisava mandar algum recado. Luiz Maria Alves sabia o ponto certo da ferida, conhecia e muito o jornalismo. Se algum dos seus jornalistas aparecesse com um problema pessoal, ele movia todos os esforços para prestar assistência. Uma vez, minha mãe teve que operar o rim, uma cirurgia muito delicada. Ele soube e

mandou me chamar. Diante dele, ele me disse direto, franco, humano e sem arroudeio: Albimar, o que você precisar estará às suas ordens, pode passar no caixa e depois a gente se acertava. Este era Luiz Maria Alves, um homem adorado, mas também temido, porque quem faz jornal cria os pontos de atrito, e ele realmente não livrava a cara de ninguém. Podia ter seus excessos, todos têm, mas ele tinha, acima de tudo, o jornalismo como balança. O jornalismo do Rio Grande do Norte deve muito a Luiz Maria Alves.

No Diário também fui por algum tempo o encarregado da pauta. E o segredo da boa pauta, e do bom repórter, são as fontes. É preciso, primeiro, criar uma boa relação de fontes. Fui pauteiro do caderno de cidade, então precisava ter uma boa agenda de eventos e telefones, estar antenado e olhar a cidade com a devida atenção. É um trabalho importante e um papel essencial o do pauteiro, que deve filtrar toda a gama de informação que recebe e deve estar sempre em contato com o repórter para orientá-lo e informar-se.

No Diário também fui editor de economia. A economia estava surgindo como editoria, era novidade, e o espaço que começou a lhe ser dedicado a princípio era modesto, apenas uma página e

uma equipe que consistia no editor e dois repórteres. Recordo de um desses repórteres de economia, Gibson Antunes, que gostava e se interessava pelo assunto e que ajudava muito a mim, seu editor. E assim fui caminhando pelas editorias do jornal. Passei também pela editoria de cidades, fui de esportes e editei algumas vezes o jornal. Como editor, passei pela fase da censura. Você está lá fechando o jornal e chega um recado dizendo que tal notícia não podia ser divulgada.

Nessa época, década de 1980, a revista Veja tinha correspondentes em todas as capitais e Djair Dantas era o correspondente de Veja em Natal. Recebendo um convite do Jornal do Brasil, Djair me indicou para substituí-lo na revista e eu fui. Nessa ocasião, infelizmente, tive que deixar o Diário, porque Seu Alves não permitiu que eu ficasse nos dois. Considero essa passagem pela revista uma experiência importante na minha carreira, pois tive que desenvolver um novo olhar, aquele que seria o do leitor que eu não conhecia bem.

O correspondente em Natal respondia à sucursal em Recife, a Ricardo Leitão, o responsável, um jornalista sério que passava orientações aos correspondentes sempre que necessário,

sempre que fosse consultado. O trabalho do correspondente funcionava assim: mandávamos as sugestões de pauta ou os editores nos pediam uma reportagem, quando por exemplo começou a construção de um complexo industrial em Igapó e houve problema de má aplicação de recursos, me solicitaram a cobertura do caso.

À Veja também interessava as pautas exóticas. Certa vez me pediram uma matéria com Henfil, que vivia em Natal, sobre o uso do urubu como símbolo criado por ele para um time de futebol. Nessa época, vivíamos sob a censura, e Veja, em razão disso, privilegiava as matérias desse cunho. Com a redemocratização, Veja passa por uma reformulação e dispensa o serviço dos correspondentes fixos. Volto ao Diário a convite de Cassiano, dessa vez para fazer política, que era outra coisa e que eu jamais havia feito. Mais um desafio, mais um aprendizado que a profissão me trouxe e que abracei com o dever de aprender e fazer bem feito.

Não acredito em 100% isenção, mas fiz o possível para chegar lá quando estava na editoria de esporte, sendo abecedista, e agora na política, também tendo as minhas preferências, procurei o equilíbrio e a objetividade que competem à profissão, porque,

além das minhas preferências, tenho essa responsabilidade comigo e com o leitor, que é credibilidade. Fiquei em política no Diário e era uma pressão muito violenta, porque jornal é contra, é oposição. Não só oposição ao governo, é oposição à oposição, aí você só desagrada.

Também não passava pela minha cabeça ser professor e eu fui para a faculdade de jornalismo em 1978 para complementar a minha renda. Fiquei à frente de cadeiras mais técnicas e era muito interessante, porque entre os professores havia um equilíbrio. Tinha o pessoal da academia e também do mercado, o que para o aluno era positivo. E tive um batismo de fogo. Na primeira turma em que lecionei os alunos eram jornalistas experientes. Antônio Melo, que era um jornalista consagrado; Wellington Medeiros, que era de rádio, também consagrado; Luciano Herbert. Foi fenomenal. Eles acabaram me ajudaram muito nas aulas. A convivência com jovens foi outro ganho que o magistério me proporcionou. Eu sabia entender os meus filhos, que eram crianças naquele tempo, quando chegassem à juventude.

E assim o jornalismo foi e é tudo na minha vida. Se me tirarem o jornalismo, não saberei fazer outra coisa, qualquer que seja.

Já estou me aposentando, não estou mais na redação, mas foi a única coisa que eu fiz na vida. Não imaginava, foi por acaso, e tive sorte na vida. Ser repórter para mim sempre foi muito prazeroso. Não sei se eu fizesse outra atividade teria a mesma completa satisfação. Sinto-me, hoje, feliz em ter prestado um serviço à sociedade como jornalista. Eu não imagino o fim do jornalismo impresso. Imagino que vá sempre existir, mesmo que um jornal menor, mas que será focado em ideias. Deus queira que eu esteja vivo para ver como será.



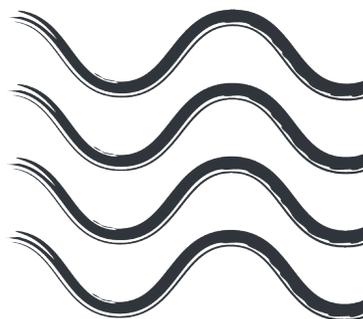
O jornal era a minha vida, meu encanto, meu ganha-pão

Vicente Serejo



No começo dos anos 1970, quando estava terminando o segundo grau, ainda era muito forte o bacharelismo no Brasil. Pela tradição da família, eu seguiria o bacharelismo. Teoricamente, eu me preparei então para me formar em Direito, até porque, naquela época, quando eu fiz o vestibular, já estava morto o meu tio que era desembargador, Mattos Serejo, que é o nome da biblioteca do Tribunal de Justiça.

Então já havia uma pressão, muito diluída, mas havia o sentimento na família que eu faria Direito, e meu pai sonhava em me ver advogado. Então eu fiz o primeiro ano de Direito, mas, em 1973, eu disse à minha mãe para dizer ao meu pai que não dava. E meu pai disse uma frase que nunca esqueci: “Diga a ele que eu o apoio com o que quiser, agora jornalista nem doutor é”. Se meu pai tivesse vivo, teria visto aquela decisão de Gilmar Mendes, que cassou a exigência do diploma e provavelmente ele teria dito: “Mas eu não disse a você?”.



Eu terminei o primeiro ano de Direito e resolvi fazer o vestibular para Jornalismo,

na velha Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza. Lá, encontrei os companheiros da futura jornada pelas redações, Cassiano Arruda e Albimar Furtado, nos formamos juntos em 1977. Em fevereiro de 1978, houve um concurso para professor e nós três passamos, e assim transcendemos de alunos para professores. Nesse mesmo concurso, ingressaram nos quadros do curso de jornalismo os jornalistas e então professores Rogério Cadengue, Ricardo Rosado e Jânio Vidal.

Em 1970, eu era ouvinte de um programa de rádio chamado Mundo Jovem, apresentado por Rejane Cardoso, Dailor Varela e Marcos Silva. Era um programa de vanguarda, um programa tropicalista, pois era o único que tocava Caetano Veloso e Gilberto Gil. Rejane acabou ficando sozinha à frente do programa e em um belo dia ela entrevista uma professora que falava sobre um curso de alfabetização. Eu achei aquilo um saco, então fiz uma carta dizendo que o programa não era para isso. E Rejane então responde com músicas, com ironia. A cada trecho que lia no ar, de minha carta, colocava uma música para tocar como resposta, e eu senti que que eram alfinetadas.

É aquela história, quem desdenha quer comprar. No fim, nós nos conhecemos por conta disso. Fui participar de um festival em que a letra era minha e a música era de Nelson Freire, a que ela atribuiu nota zero. Chegou fevereiro de 1970 e começamos a namorar. O programa acabou e Rejane criou outro na mesma rádio, o *Sui generis*, e eu fui participar. Por isso que completo 46 anos de jornalismo em 2016. O programa era diário, à tarde, de músicas e notícias e foi por isso que Alderico Leandro me convidou para ser redator noticiarista das notícias locais. E comecei a redigir por aí.

Um ano depois, mechinho de 1971, Luiz Maria Alves lança o plano de fazer a edição vespertina do Diário de Natal. Naquele tempo, o Diário liderava, e para preservar o título, o Diário saía de terça a sábado e O Poti, aos domingos. Na reforma pretendida, Alves propusera o Diário de terça a sábado, à tarde; e O Poti de segunda a domingo, como um matutino. Cassiano acabara de sair da prisão e seu Alves, percebendo que ele não voltaria para a Tribuna do Norte, convidou-o para tocar esse projeto e realizar um concurso para novos repórteres.

Nessa época, eram dois diretores no Diário, Luiz Maria Alves, na parte de jornalismo, e Silvino Sinedino, diretor comercial.

Alves tinha uma má vontade enorme com o curso de Jornalismo. Ele achava que bacharel não era nada, por isso, o teste, que foi concorridíssimo, teve cento e tantos inscritos. Para a seleção ele propôs um ditado. No dia da prova, um domingo, Alves chegou com um exemplar do livro *O solitário vento do Verão*, de Newton Navarro, e começou a ler. E essa leitura deixou, dos mais de cem inscritos, apenas uns doze ou catorze candidatos para a reta final, de tantos que foram os erros de português cometidos. Dos aprovados, Rejane, Edilson Lima, Airton Bulhões e Vicente Serejo. A terceira etapa era estagiar na redação, quem fosse bom, ficaria no jornal.

No meio desse projeto, há uma crise internacional na produção de papel. Alves reformula a ideia, não lança mais a versão vespertina do Diário, e tudo fica como está. Nesse ínterim, Airton recebeu um convite da Tribuna e segue para lá. E da lista de aprovados apenas dois foram aproveitados, eu no caderno geral e Edilson Lima no de esporte. Rejane também tinha sido aprovada, mas não foi chamada porque naquela época a redação era meio machista. Naquele tempo, o jornal tinha direito a contratar como estagiário por seis meses sem assinar a carteira. Passado esse tempo, tinha que decidir. Eu passei seis meses e fiquei. Minha carteira foi assinada no dia 2 de maio de 1972.

Edilson também foi contratado. Nessa data começa a minha carreira e eu fico no Diário 24 anos e três meses, de 1972 a 1996.

Costumo dizer que, dessa maneira, fui bem-nascido, e isso não é vaidade: na redação do Diário estavam Berilo Wanderley, Rubens Lemos, Jorge Batista, Cassiano Arruda Câmara, João Gualberto, Luís Carlos Guimarães, o que havia de melhor em redatores, o maior e melhor conjunto. A grande redação era o Diário de Natal. Eu fui foca nessa redação, um privilégio. A gente entrava para a redação pela geral e, se fôssemos mesmo bons, seguíamos para cobrir política. Na editoria de política, João Batista Machado, por exemplo, era a elite dos repórteres. Não havia a possibilidade de se entrar diretamente para ser repórter de política, não havia essa hipótese. Ser repórter de matérias especiais também era muito difícil, você precisava mostrar muito talento e desempenho.

Nesse tempo, só havia uma mulher na redação, fotógrafa, que era Ana Maria Concentino, que depois foi chefe do departamento de Comunicação, foi diretora do Centro de Ciências Humanas da Universidade e depois se aposentou. Outras mulheres só no fotolito, retoque, nos trabalhos artesanais. Tinha Salésia Dantas, que era revisora do Diário. Eu era editor quando chegou a primeira

mulher pauteira, Margareth Martins, por indicação não minha, mas de Aluizio Lacerda, que era subeditor. E até Seu Alves ficou meio assim, dizendo que não cabia mulher na chefia em redação, mas ele estava errado, ela foi uma grande chefe de reportagem.

Para se ter uma ideia do que era a redação do Diário de Natal, o chefe de reportagem era Sanderson Negreiros. A pauta dele, que era de no máximo oito linhas, era uma aula de Jornalismo. Ela sabia o que queria da gente, o ângulo, intensidade e tensão. E Djair Dantas, que era correspondente do Jornal do Brasil na época, era copidesque. Quando você colocava o terceiro “que” na matéria, ele jogava o texto fora. Isso nos treinou a ter um nível técnico, porque Djair era extremamente técnico por conta da exigência do JB, que era o mais apurado do Brasil.

No começo, era aquela dificuldade, mas eles não me botavam para fazer matérias pesadas. Até que um dia me deram uma matéria interessante, que me fez colocar um pé no jornal. Sanderson tinha umas coisas assim, um dia me disse que eu ia passar o dia no Detran, sem pautar. Lá era um tumulto, uma esculhambação. Mas o repórter que sabia fixar o lead correto, já contava ponto. E eu comecei assim: “No Detran é proibida a entrada de pessoas

estranhas”. Cada porta tinha esse aviso e era difícil o acesso. Vendia-se facilidade mediante gorjeta. Acho que essa matéria me ajudou a entrar no jornal, porque foi uma forma inusitada de começar. Eu saí do lugar comum, por sorte. Consegui contar essa história sem citar nomes e sem agredir a ninguém. Então foi respeitada a matéria, porque quem lia via que era verdade.

No jornal, fui tudo, de repórter a diretor comercial. Só não fui diretor-geral. Fui copidesque, chefe de reportagem, subeditor, subeditor geral e diretor de redação. Terminei sendo diretor comercial por três anos, mas foi meu erro. Me saí bem, mas me estressou demais e fiquei hipertenso. Foram 24 anos e três meses no Diário. Eu não vi minhas filhas crescerem, elas foram educadas pela minha ausência, por mérito de Rejane.

Naquele tempo, a primeira página fechava entre 22h e meia-noite, para não circular o jornal frio. Eu trabalhava todas as horas por dia. Inclusive durante seis meses eu trabalhei aos domingos, por causa de uma experiência de Seu Alves, em que o Diário circulava às segundas, mas deu prejuízo porque ninguém anunciava na segunda-feira. Eu era um rato de redação, vivia dentro da redação. O jornal era a minha vida, meu encanto, meu ganha-pão.

Eu atribuo minha eficiência como editor ao fato de ter chegado nessa função após ter passado por todas as outras na redação. Não caí de paraquedas. Houve uma época em que Cassiano inventou uma página temática no jornal para cada dia da semana. Ana Maria Cocentino era educação. Albimar era universidade. Eu estava na quinta-feira, assuntos urbanos, e o título ficou *Vuco-vuco*. Uma página inteira sobre problemas da cidade. As pessoas me avisavam e eu ia fazer as matérias.

Nós tínhamos que chegar às oito horas, e recebíamos a pauta, geralmente feita por Sanderson. No caderno geral, eram três pautas para cada um cobrir. Era uma barra. E o Diário tinha uma Kombi para acomodar todos os seus repórteres que cobririam todos os assuntos da cidade pautados por Sanderson. Era assim a vida no jornal.

Em julho de 1970, um pouco antes da minha chegada, o Diário inaugurou o segundo offset do Nordeste – o primeiro foi do Diário de Pernambuco. Foi uma explosão para a Tribuna. Para Alves mostrar o que era nitidez, foi feito um suplemento sobre as novas cédulas, que por coincidência estavam sendo lançadas. Foi uma forma dele mostrar a nitidez do offset em comparação às rotativas da Tribuna.

Depois, o Diário foi pioneiro na pré-impressão. Não tinha computador ainda, tinha o *Cerebrus Eletronicus*, que era da altura de uma geladeira e lia fitas perfuradas. Eram contratadas moças para perfurar as fitas, e a máquina traduzia o texto. Com isso, o Diário de Natal chegou a dominar. Chegou um ponto em que O Poti, aos domingos, tinha 16 mil exemplares na praça. E no dia a dia o Diário tinha 10 ou 12 mil, líder absoluto. E com uma grande equipe, que com os anos foi mudando. Sanderson foi ser diretor da TVU, Berilo Wanderley foi escrever a *Revista da Cidade* na Tribuna; Luís Carlos Guimarães e João Gualberto também foram para a Tribuna. A redação foi se renovando.

Os repórteres não gostavam muito de entrevistar artistas. Como eu gostava, Cassiano dizia: coloque essa matéria para Serejo, que é o repórter das amenidades. Ele gostava de coisa quente e eu só me desdobrava quando era esse tipo de matéria. Eu fiz várias matérias interessantes com Luiz Gonzaga, Elizeth Cardoso, Cauby Peixoto. Eu e Rejane passamos uma noite com Gilberto Gil até o dia amanhecer em Ponta Negra. Ele estava na fase vegetariano e passou a noite comendo rodela de inhame com mel de rapadura, e nós tomando uísque. Entrevistei Luiz Gonzaga na época em que ele ia montar uma fábrica de feijão verde enlatado.

Inexperiente com essas coisas, fiz uma pergunta que não devia ter feito: “Como o senhor vai vender feijão enlatado?”. Ele disse: “É possível enlatar ervilha, por que não posso feijão verde?”.

Eu nunca gostei de gravador, sempre trabalhei com bloco de anotações. Como repórter, acabei com a minha letra, às vezes nem eu mesmo entendia o que estava escrito. Mas sempre fui falastrão, um conversador profissional. A mania de conversar em busca de informação. Minha anotação era copiosa, e eu sempre buscava dar um certo impacto na cabeça de matéria porque Djair era chato com a questão do lead. Eu tentava sempre fazer a pirâmide invertida, eu não enchia linguixa e com isso eu vencida a chatice dele. Ele jogava fora o texto, não dava chance de reescrever. Dizia que em parágrafos longos o leitor começava a ter cianose, sem oxigênio.

Quando eu fui ser professor, traumatizado com a história de frases curtas, disse na turma: “Na dúvida, pelo amor de Deus, ponto”. Quando a turma foi se graduar e homenagear os professores, a filha de Cadengue, Ana Paula, disse: “Como diria o professor Vicente Serejo, na dúvida, pelo amor de Deus, ponto”. Culpa de Djair, mas foi uma coisa boa, nos adestrou. Ele falava

que uma palavra que você tinha que explicar cabia em qualquer lugar, menos em um jornal – a não ser que não tivesse outra. Era a lei do CC, concisão e clareza.

O Diário de Natal foi o primeiro jornal do Rio Grande do Norte a fazer chamada na capa. Nos anos 1980, o jornal começou a ser pré-programado, você escrevia sob medida por causa da diagramação, pois o diagrama comandava e obrigava a ser sintético e a ter coesão nos espaços predeterminados. Hoje, há dois tipos de texto: o estéril, incapaz de trazer emoção – o bom texto é o que emociona –, e o ensaístico. Então a concisão e a clareza foram muito importantes na minha geração. Até hoje, redatores como Albimar, que são secos e objetivos, têm um texto que não é palavroso, se tirar uma palavra faz falta, se colocar outra, sobra. São textos enriquecidos para o bem, para a qualidade, não para encher linguiça. Cassiano dizia que o lead tem que ser um soco na boca do estômago, para prender o leitor. Esse era o Diário.

No comando, Seu Alves, que mal tinha o curso primário. O pai dele foi muito rico no tempo da borracha, mas perdeu tudo na crise. Quando o pai morreu e a família gastou as últimas moedas de ouro, ele – de calças curtas – foi atrás do inglês, gerente da empresa

de telégrafos Western, em Belém, para pedir emprego e conseguiu ficar entregando telegramas. Depois ele passa a ser oficialmente telegrafista e vem para Natal. Mais de vinte anos depois, termina como diretor-geral da empresa, quando os ingleses se retiraram do Brasil. Era telegrafista à noite, porque de dia era repórter policial do Diário de Natal. E um grande repórter. Como trabalhava à noite, para se manter acordado, ele lia o que havia de melhor em literatura inglesa, pois tinha acesso à estante dos ingleses.

Na redação, tinha mania de servir vinho do Porto, porque dizia que dava longevidade. Ele chegava na redação depois das 11h e só saía com o jornal impresso na mão, entre meia-noite e 1h da manhã. Esse era o deadline. E para provar que isso era inegociável, ele ficava lá. Ele tinha prisão de ventre e a gente sabia porque ele acordava mal-humorado, com a caneta vermelha circulando no jornal cacofonias, erros, problemas de concordância. Ele era um homem brilhante, um pêndulo entre amor e ódio, e ao mesmo tempo um metrônomo, marcando o ritmo da vida.

A primeira vez que fechei a primeira página foi inesquecível, porque fazer isso no Diário, com a chatice de Maria Alves, não era fácil. No meu tempo, só faziam isso João Neto, que tinha muito

tempo no Diário, e Cassiano. Mais ninguém. No meu tempo, mulher não era editora de página, não descia matéria, não titulava. Podia fazer o texto ou ser copidesque, mas titular, editar e ter acesso ao diagrama, jamais.

Um dia, João Neto – que era também procurador da Previdência – viajou, e eu, já subeditor, caio na mesa da edição geral. Já amanheci tremendo, porque sabia que não era uma tarefa fácil. Alves estando avisado dessa substituição. Eu sabia que ele ia botar os olhos mais do que o normal. Quando havia uma manchete policial, ela se sobrepunha a qualquer outra, por determinação dele, porque a humanidade, na sua opinião, gosta do trágico e do grotesco. Aí houve um crime misterioso, então coloquei uma manchete indagativa: “Quem matou fulano?”.

Quando foi de manhã, Seu Alves me chamou: “Meu compadre, eu vi a primeira página”. Quando ele queria ser agradável, chamava assim, um cacoete que tinha. Disse que eu escolhi o assunto certo, que não foi aí que eu errei. Ele disse: “Lembre-se, os leitores compram o jornal para ter respostas, aí você pergunta a eles...”. Ele tinha uma perspicácia típica do bicho brilhante, era aguçado como um felino, percebia no ar as coisas. Ele identificava

facilmente a frouxidão do texto. Coesão e objetividade estavam acima de tudo. Então você veja o inferno que era Alves, mas hoje vejo como um adestramento.

Muito cedo, me vi livre de piso salarial. Passei a negociar o meu salário com certo cuidado. Mas quando eu recebia um convite ele dizia para fazer uma proposta. Dizia que leilão ele não fazia. Hoje, as condições de trabalho são aparentemente melhores porque mecanicamente houve uma melhora, mas são piores. O jornalismo não está mais consagrando. Está muito difícil a luta. A sensação que tenho é que estamos em uma fábrica de cobogó. É tudo igual.

Fiz a faculdade ao mesmo tempo em que exercia a profissão. Foram meus professores Berilo Wanderley, Woden Madruga, Geraldo Queiroz, Américo de Oliveira Costa. As cadeiras eram: Técnica de jornal e periódico, Legislação dos meios de comunicação, Diagramação, Análise morfológica e de conteúdo. O professor Berilo tinha um texto maravilhoso. Era pouca aula de jornalismo e muita de literatura, que no fim nos dava qualidade de texto. O curso era meio mecânico, não era genial, mas tinha outro lado, era interessante. Não tinha voo de águia, mas também não era de nambu.

A gente formava uma comunidade. Depois, quando vai para o campus universitário, se dispersa, porque a Reforma Passarinho foi para isso, para que os estudantes não se aglutinassem e houvesse protestos estudantis. Eu peguei o começo da reforma como aluno e depois como professor.

Em 1977, ainda era aluno e fui substituir Djair – que morreu em um acidente – como monitor da disciplina Técnica de jornais e periódicos. No ano seguinte, abriu concurso e entrei para ser professor. Passei 32 anos como professor. Dei tanta aula que cheguei a adjunto IV sem mestrado e doutorado. Nos últimos dez anos, assumi a disciplina Estilos jornalísticos. Quando saí, Emanuel Barreto ficou no meu lugar.

Como tudo na minha vida foi acidental, a crônica também. Eu era subeditor do jornal quando Paulo Macedo foi convidado para fazer o curso da Escola Superior de Guerra, por quase três meses no Rio de Janeiro, o que fez Seu Alves me chamar para fazer. Como eu não podia fazer a mesma coluna, porque eu não frequentava a sociedade, botei o nome *Extra Pauta* – o que não cabia na pauta colocava na coluna.

Era uma quinta-feira depois do carnaval. A diagramadora Marluce Dantas disse que faltavam trinta linhas. Como eu tinha ido conhecer o carnaval de Olinda, fiz uma crônica sobre isso. Pedi uma sugestão de título à minha mulher, e ela disse: “Cena urbana”. A partir daí, todo dia eu fazia uma cena urbana para completar. Sanderson não voltou para o Diário e ficamos sem cronista, então me pediram para fazer só a crônica diariamente, Cena Urbana.

Não programei ser cronista e era um repórter que, por influência da redação, já estava treinado para descrever as coisas, perfis humanos ou não, que são elementos construtores da crônica. Os perfis que eu fui fazendo como repórter das amenidades eram, no fim, a minha escola, com um pouco do meu lirismo. Eu sempre enfrentei a barra do lirismo parnasiano e transformei isso em uma coisa minha. Eu digo sempre que quem melhor definiu o cronista foi Rubem Braga: o cronista vive dos restos do banquete literário. Nós vivemos de um cotidiano muito simples, então isso é verdade. Aquilo que é singular na condição humana é o que me interessa, para o bem ou para o mal.

A crônica entra na sua usina a longa distância. Bandeira disse que passou mais de vinte anos com o trecho “vou embora para Pasárgada”, mas não conseguia concluir. Um dia vêm à cabeça a segunda parte: “Lá sou amigo do rei, lá tenho a mulher que eu quero na cama que escolherei”. E comigo aconteceu isso. Estava escrevendo uma crônica e lembrei da minha infância.

Em 1960, minha mãe veio com os cinco filhos morar em Natal e meu pai ficou em Macau, porque não conseguiu transferência do trabalho. Nós não éramos de uma família pobre, mas éramos humildes. E quando ele vinha nos visitar, minha mãe – que tinha uma formação mais requintada – às vezes fazia pudim de leite aos domingos. Certa vez, vinha andando na av. Paulista e vejo que havia voltado a circular a revista Gosto. Quando olhei o tema da capa, era pudim de leite. Li a matéria, que cita um livro, onde está o primeiro registro dessa receita, que por acaso eu tinha. Aí na crônica eu conto a história da minha mãe, que dividia o pudim igualmente, com aquela calda de ameixa. Cito o livro português para dizer o linguajar das medidas antigas, em onças. Quer dizer, levei quase um ano para fechá-la. A crônica chega de repente. Ela foge. Escrever não é colocar uma palavra depois da outra, é uma aventura que você sabe como começa, mas não sabe como

termina. É claro que aos 34 anos de crônica – 65 de vida e 46 de Jornalismo – você já tem o olhar mais ou menos treinado, atento.

Ainda restam dois jornais impressos em Natal, Tribuna do Norte e Novo Jornal. São os dois últimos núcleos da elaboração da narrativa jornalística. Então nós estamos confinados a dois jornais e a ilhas isoladas dentro deles. Acho que nós temos um grande problema de formulação, de encadeamento. Mas o talento torna possível qualquer coisa, e a falta dele torna impossível qualquer coisa.

Jornalismo, talvez seja a expressão de Alberto Dines: jornalismo não é nem a pedra, nem a vidraça, mas é a pedra na vidraça. O jornalismo é a quebra da normalidade, da rotina. Como diz um jogador de futebol: “Eu um homem muito feliz, porque eu só sei jogar futebol e o Flamengo ainda me paga para isso”. Eu só sei escrever, mal e porcamente, e se há quem me pague, eu não posso reclamar. Teria sido um advogado medíocre. Teria brigado com Deus e o mundo. Talvez fosse um procurador ou desembargador, mas cometi esse erro terrível de não ser ambicioso.

Eu costumo brincar com Rejane dizendo que ela é redatora e não repórter, porque ela é muito perfeccionista com o texto. E o repórter é, sobretudo, um homem sob pressão, principalmente agora. Antes nós éramos os donos da verdade. Hoje, você não vai mais esperar por mim, porque eu levo 24 horas para circular, o que é uma eternidade, porque o jogo é outro. Você não precisa de mim para saber das coisas. No máximo um ângulo ou uma abordagem mais original. Ou você vai para o esmero da narrativa ou para uma fruição estética, ou não se tem razão para comprar jornal. Daí porque estão caindo as assinaturas.



Agradeço ao jornalismo tudo o que conquistei

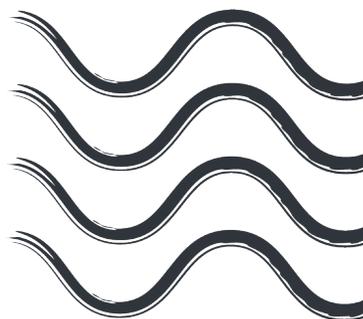
Ana Maria Cocentino



Quando estava no colegial, assim como boa parte dos estudantes do meu tempo, pensava em cursar medicina. Era 1962 e Aluízio Alves fundava a Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza. Eu não tinha ainda consciência da minha vocação profissional e enxerguei aquele curso como uma possibilidade.

O Brasil vivia um boom de movimentos que reivindicavam reformas de base com vistas à reestruturação dos setores educacional, político, agrário e econômico, visando a diminuição das desigualdades sociais, e o jornalismo era a porta de divulgação desses novos ideais, noticiados diariamente nas páginas dos jornais impressos. Todas aquelas mudanças eram a esperança de um mundo novo.

Comecei a me entusiasmar, lia os jornais diariamente e comecei a pensar que, exercendo o jornalismo, poderia defender aqueles ideais. Fiquei encantada com essa possibilidade. Foi a semente, comecei a formar uma consciência social.



Nesse contexto, a primeira turma da faculdade de jornalismo vivia um movimento efervescente. Era comandada pelo jornalista Luís Lobo, uma referência, que era diretor. Ele inovou no comando da disciplina Técnica de Redação, que ministrava no curso, transformando a sala de aula em uma redação de jornal.

A redação era dividida em editorias e as matérias veiculadas no semanário Extra, um jornal que inclusive era vendido nas bancas de jornal da cidade. Eu achava aquilo o máximo. Então escolhi jornalismo e prestei o vestibular, que consistia em prova escrita e prova oral. Só não imaginava que entraria na faculdade justamente no ano do golpe militar, 1964.

Aquele clima que eu imaginara desapareceu... Luís Lobo foi embora da cidade, a proposta do jornal não teve continuidade, a faculdade não dispunha de laboratórios de fotografia, de redação, de diagramação, enfim, as aulas se restringiram à teoria. A faculdade ficou paralisada, mas mesmo assim segui com o curso.

O que tentei, depois, foi buscar o tempo perdido. Essas carências do curso me serviram de estímulo para buscar uma melhor qualificação e formação para o exercício do jornalismo.

Assim, ao concluir o curso, comecei a participar de eventos voltados ao campo do Jornalismo, como os promovidos anualmente pela Intercom, quando apresentava trabalhos, chegando a integrar também o conselho editorial da entidade. Também procurei fazer outros cursos, como um dos promovidos pela CIESPAL.

O curso do CIESPAL era referência na América Latina, credenciado pela UNESCO e naquela época, anos 1970, ofertava cursos de especialização para jornalistas. Não existia pós-graduação stricto sensu em Comunicação. Fui para Quito, no Equador. O curso durava dois meses em média, produzíamos material educativo para a imprensa. Fui a única brasileira da minha turma. A exigência era estar atuando no mercado e eu era jornalista e fotógrafa do Diário de Natal.

Outros jornalistas da cidade fizeram o curso. Como Newton Avelino e Geraldo Queiroz. Tudo era muito difícil, não era comum termos linha telefônica em casa e recebi um telegrama comunicando a minha aprovação. Trabalhava muito naquele tempo e logo que chegou a aprovação segui para Quito, onde o curso era ministrado. A minha mãe mandava cartas, o namorado telefonava. Fui a única brasileira da minha turma. Eu era jovem e destemida.

Além dos cursos, a redação foi uma constante escola de aprendizagem. Considero a redação uma extensão do curso. Agradeço ao jornalismo tudo o que conquistei. Além de estar no dia a dia da redação, alcancei outros postos de trabalho que, sem o jornalismo, não teria conquistado. Fui professora do curso de Comunicação da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza e na UFRN fui chefe do Departamento de Comunicação, superintendente da Superintendência de Comunicação e diretora da TV Universitária. Tudo isso, devo ao jornalismo.

A minha primeira experiência em jornal e a primeira vez que entrei na redação de um jornal, foi quando, ainda na faculdade, fiz um estágio na redação do Diário de Natal, na Ribeira, na descida da av. Rio Branco. Fomos eu e umas colegas de turma fazer um estágio voluntário no suplemento feminino.

Entre na redação e foi um encanto. Aquele pá-pá-pá-pá das máquinas de datilografia, as rotativas trabalhando, um maquinário gigante, imprimindo o jornal. O Diário era um salão único, enorme, que abrigava todos os setores do jornal: oficina, redação, administração. Não lembro quanto tempo ficamos eu e minhas colegas no suplemento feminino, que não me agradou em nada.

A nossa atividade era limitada apenas a utilização de modelos de vestidos retirados de revistas e receitas culinárias.

Formados, fomos em grupo realizar um estágio no Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro: Otemia Porpino, Marlene Brito e eu. Passamos uma semana acompanhando os repórteres na cobertura das matérias. Voltei para uma passagem rápida por uma agência de notícias que havia em Natal, a J. Propaganda. Fui convidada porque havia concluído jornalismo, mas confesso que não sabia de nada. Passagem rápida, pois logo percebi que aquilo ali não era para mim. Meu interesse era a redação.

A Tribuna do Norte me convidou e assim começo profissionalmente em 1967. Oficialmente em 1968, porque só no ano seguinte minha carteira foi assinada. O diretor comercial era Aluizinho, filho de Aluizio Alves, responsável pela contratação dos jornalistas, e com quem tive embates, sobretudo, exigindo que assinassem a minha carteira. E assim permaneci na Tribuna de 1º de maio de 1968 a 16 de janeiro de 1970.

Passei praticamente três anos na Tribuna do Norte. A equipe era formada por Cassiano Arruda e Woden Madruga, diretores;

Luís Carlos Guimarães, copidesque; Sebastião Carvalho, que era da minha turma, e já era decano de redação; Hélio Cavalcanti, que era dentista e trabalhava em jornal; Ricardo Curioso, hoje médico; das mulheres: Otemia Porpino, minha colega de turma; Ariadne França, que era de outra turma; Isa Freire e Ana Maria Borba, que não eram egressas do curso de Jornalismo. Logo todas saíram e fiquei única mulher nesta redação masculina.

Havia Newton Navarro, cronista. Navarro era muito boêmio. Um dia chegou à redação cambaleando, lá e cá, cá e lá, aquela redação bem comprida, chegou para mim: Aninha, você bate a minha crônica? Bato, pode deixar. Então ele começou a recitar o texto de cabeça, andando pela redação, discursando: isso assim, assim, assim, vírgula; isso assim, assim, assim, ponto. E ditou a crônica completa. Era o máximo. Ai que saudade de Newton Navarro! Um homem inteligente, que escrevia tão bem.

Não havia ponto no jornal e o expediente terminava quando o repórter concluía a redação das suas matérias. Cassiano era um jornalista nato, eu diria mesmo precoce, porque começou no Jornalismo muito jovem e já estava na chefia da redação. A pauta que passava já era uma aula, com indicação da abordagem

mais pertinente, assim íamos aprendendo. Era um chefe nada professoral, era informal, amigo, colega da gente, era vibrante, fazia verdadeiros discursos quando estava muito entusiasmado e até subia numa cadeira no meio da redação para se dirigir aos repórteres. Enfim, era o regente de uma equipe de focas que no meio a toda essa animação ia aprendendo a ser jornalista.

Cassiano nos passava a pauta. Cada jornalista era encarregado de três matérias por dia. Eu era responsável por cobrir principalmente educação, e assim foi durante toda a minha trajetória. De início também cobria o Tribunal de Justiça e o Fórum Criminal, que ficavam próximos à redação. Recebíamos também durante a semana a pauta para a reportagem do final de semana que saía geralmente no jornal de domingo.

Cassiano indicava a pauta, quem eu deveria procurar e o caso que iria ser julgado e que eu deveria cobrir. Lembro que João Gualberto Aguiar chegou à Tribuna pouco tempo depois de mim e foi orientado a me acompanhar nos primeiros dias. Imagine, como se eu tivesse alguma coisa a ensinar a Gualberto.

Já vivíamos a era do jornalismo da notícia e da reportagem, não era mais aquele jornalismo literário. O nariz de cera já não estava mais em circulação e aprendi o jornalismo do lead. Lembro a primeira reportagem que fiz assinada. Fiquei chateada: “Puxa vida, que banalidade! Me passar uma matéria sobre peruca!”. Eu indaguei logo: “Por que uma reportagem sobre peruca? Só porque sou mulher!?”. Mas terminei fazendo a matéria que saiu a contento e Cassiano, que era muito bom em título, tituló assim: “Natalense usa peruca porque tem cabeça”.

O copidesque era Luís Carlos Guimarães, o grande poeta, e eu ficava encucada porque a minha matéria nunca voltava ou recebia qualquer alteração de Luís Carlos. Comecei a pensar que ele não estava lendo as minhas matérias. E perguntei: “Luís Carlos, você está lendo o que escrevo?”. E ele respondeu: “Claro, Ana Maria”. E continuou como estava. Um dia resolvi fazer um teste. Escrevi um disparate no meio do texto.

Lembro como se fosse hoje, parece que estou vendo, aquele salão enorme, comprido, ele numa ponta da redação e eu na outra, ele tirou os óculos e me dirigiu o olhar: “Oh, Aninha, vem cá”. Quando cheguei, ele, desconfiado e em dúvida, perguntou:

“O que significa isto aqui?”. Eu comecei a rir e confessei: “Eu achava que você não lia as minhas matérias e resolvi fazer um teste”.

Nunca titubeei frente a qualquer desafio. Lembro de matérias difíceis que fiz porque desconhecia os temas, mas fui em frente. Não havia internet, então não havia como pesquisar de maneira rápida para atender a pauta do dia. Meu lema sempre foi perguntar, perguntar, perguntar e checar com a fonte quando estava em dúvida. Aliás, este é o trunfo do repórter.

Tudo eu anotava. Sou do tempo do jornalista de bloco e caneta na mão e haja a escrever. Sou do tempo em redação não só da máquina de datilografia, mas também da linotipo, composição a quente. Os tipos soltos, que eram maiores, utilizavam para compor os títulos. A diagramação se fazia com régua milimétrica sobre uma folha que tinha o tamanho da página do jornal, era preciso fazer inúmeros cálculos, inclusive.

Quando comecei no jornalismo da Tribuna, Sebastião Carvalho era o diagramador. Eu sempre tive curiosidade pela diagramação, que não tinha sido ensinada na Faculdade, e quando terminava minhas pautas ficava ali assistindo ele trabalhar,

enquanto esperava o horário de seguir para as aulas de História que ministrava no Atheneu. Eu achava bonito fazer aqueles cálculos, o papel todo quadriculado, o movimento com a régua medindo aqui e ali. Eu, curiosa, ficava perguntando.

Sebastião chegava para trabalhar já no fim do nosso expediente que era quando se começava a montar o jornal. E eu por ali, olhando, perguntando, querendo aprender. E foi por isso que, um certo sábado, fim de tarde, eu já em casa, me aparecem Cassiano e Woden na porta dizendo: “Viemos lhe buscar para você diagramar o jornal porque Sebastião não apareceu hoje na redação”. Reagi dizendo que não tinha condições porque ainda estava aprendendo. Disseram: “Se você não for, não vai sair o jornal”.

Então fui. Hoje eu não iria, seria uma irresponsabilidade. Cassiano achava que por eu viver no pé de Sebastião, assistindo a ele trabalhar, que eu sabia. Me vali do chefe da oficina, Baltazar. Baltazar você acha que neste espaço aqui vai caber esta matéria? E esta fotografia? E ele me orientava: aumente um pouco, diminua mais ali, e assim por diante. Quebrei o galho. Um sábado depois e no seguinte, Cassiano e Woden foram novamente me apanhar lá em casa para que eu fosse fazer o jornal.

Na primeira segunda-feira após o terceiro sábado de falta de Sebastião ao trabalho, Cassiano chegou para mim: “Olhe, Sebastião foi demitido e você quem vai ficar diagramando o jornal”. E assim, quando eu terminava as minhas matérias, lá eu ia diagramar o jornal. E foi como aprendi. E não passei a ganhar mais por isso. É aquela história, o ditado diz que o jornal é a cachaça. E eu segui diagramando a Tribuna todos os dias, após cumprir a minha pauta de repórter.

Naquele tempo usava-se o clichê, uma placa metálica com base de madeira, que servia para ilustrar o jornal exibindo fotos e anúncios. Esses clichês ficavam jogados, se avolumando em um canto da redação, de forma desorganizada. Nada de catalogação, nem de estantes para guardá-los. Lembro-me de que quando Cassiano precisava de uma foto, chamava: “Alberto, Alberto!”. Alberto era uma espécie de office boy da redação. E solicitava: “Me traga uma fotografia tal”. Alberto mergulhava naquele emaranhado de clichês e triunfalmente emergia com o pedido de Cassiano.

Quando Cassiano foi preso pela ditadura, Woden teve que se encarregar das pautas. O salário atrasou e sumimos da redação. Lá fomos para a praça Augusto Severo fazer greve. A redação

ficou sem uma viva alma. Woden desesperado, sem saber onde andávamos. Resolvemos depois voltar, e Woden: “Que história é esta de greve?”. E eu logo respondi: “É porque o pagamento não saiu ainda!”. O salário era um salário mínimo, se quisesse, ganhava o mínimo; se não quisesse, não trabalhava.

Certo dia, Luiz Maria Alves, então diretor-geral do Diário de Natal, disse-me que iria instalar o offset e gostaria de fazer uma experiência de ter uma mulher responsável pelo fotojornalismo do jornal. Luiz Maria Alves era um homem extremamente conservador, mas surpreendentemente vanguardista. Tanto que o primeiro jornal a ter offset no estado foi o Diário de Natal. O novo sistema de impressão valorizava o uso da fotografia. Eu respondi que não sabia, e ele ofereceu um estágio no Rio de Janeiro.

Dois dias depois eu já havia me demitido da Tribuna e estava no Rio de Janeiro n’O Jornal, veículo dos Diários Associados, naquele tempo em alta, conhecido como o Império de Chateaubriand. Acompanhava o repórter e o fotógrafo diariamente, que me passava as orientações para fotografia: a luz mais adequada, a abertura do diafragma. A máquina fotográfica que se utilizava aquele tempo nos jornais era a Yashica e foi com ela que comecei a fotografar.

Passei dois meses, no entanto, não me sentia ainda segura. Assim, seu Alves me permitiu permanecer mais algumas semanas e me preparei para ser fotojornalista no Diário de Natal. Na minha carteira de trabalho ficou assim descrito: repórter fotógrafa. Fui contratada em 1970 e enfrentei o primeiro problema na redação. Fotógrafo em jornal era geralmente o profissional que vinha da fotografia, que não havia passado pelos bancos de uma faculdade, e era o caso do Diário. O laboratorista era uma pessoa rude e o fotógrafo idem. Eles achavam que eu ia ameaçar o emprego deles, que seu Alves ia substituí-los por mim, repórter fotógrafa.

Eles não compreenderam que não estava ali para substituí-los. Na verdade, o jornal ia crescer e havia espaço para nós todos. Começaram a me boicotar. Naquele tempo havia o laboratório de fotografia no jornal com revelação no escuro a partir dos negativos extraídos dos filmes de rolo da Yashica. O laboratorista boicotava as minhas fotos, deixava queimar.

E mais uma vez fui explorada. Além de fazer as matérias, fazia fotografias, o que não é recomendado, imagine o repórter entrevistando a fonte e a fotografando ao mesmo tempo. Era um malabarismo. Sem contar que era uma dificuldade para falar

com as fontes, telefone era impossível, não dava linha, quando muito utilizávamos para marcar, tirar alguma dúvida. Aprendíamos com Cassiano que repórter que se preza, não faz entrevista por telefone. O lugar do repórter era na rua.

Além disso, quando terminava as minhas matérias ia fazer as fotos das matérias dos colegas. Além do bloco e da caneta como repórter fotográfica, eu precisava carregar o equipamento a tiracolo, aquela máquina pesada. Era uma aventura. Sempre valorizei as minhas fontes e as respeitava. Sempre tive em mente que o jornalismo tem princípios e que é sinônimo de democracia e justiça e do compromisso do profissional com a notícia.

Certa vez, um dos fotógrafos do Diário, Paulo Saulo, que cobria polícia, havia saído e precisavam de uma foto para uma matéria na delegacia de polícia. Um grupo de meninas menores de idade, entre 14 e 16 anos, tinham sido apreendidas em um prostíbulo. Naquela hora eu era a única fotógrafa que estava na redação. Então, não me recusei a cobrir a matéria. Quando cheguei na delegacia estavam as moças enfileiradas e ainda lembro que uma delas disse para a outra: “Olhe, esta sem vergonha veio tirar um retrato da gente”.

O filme tinha 36 poses, a foto final era da escolha do editor, mas poderíamos opinar, e a legenda era do repórter. O título da notícia ou reportagem podia ser do repórter, mas, de acordo com o espaço dedicado à matéria, cabia ao editor modificar na hora da edição. Eventualmente que havia pauta específica para a fotografia.

Durante a minha primeira fase no Diário, João Neto era editor e Sanderson Negreiros o responsável pela pauta. O copidesque era Djair Dantas. Djair era fogo. Se a matéria não tivesse nos padrões desejados, ele simplesmente engavetava a matéria. Foi um repórter brilhante, mas que teve uma vida breve. Foi cobrir uma matéria na Barreira do Inferno e sofreu um acidente de moto e nele veio a falecer.

Quando o offset foi inaugurado no Diário ainda se continuava usando o e foi sendo organizado um arquivo de fotografia do jornal. Eu não gostava de fazer fotografia por um aspecto. Acho que confundiam a função do fotógrafo com a de colunista social. Eu era constantemente convidada para festas, eventos. Era muito paparicada, porque era fotógrafa de um jornal importante. E não gostava disso. O glamour não me interessava.

A redação era cinzenta. Todos fumavam, e muito, homens e mulheres. Eu viva com coriza no meio daquela fumaça toda. Também o pessoal de redação aquele tempo era boêmio. Havia um bar próximo ao Diário que todos eles frequentavam após o expediente. Era uma festa. Eu nunca os acompanhava, era muito ocupada, cursava já outra faculdade, a de História. Fui para a História em busca de uma base para aprimorar meu trabalho como jornalista e também porque já lecionava a disciplina no Atheneu. Passei dez anos na atividade, mas esta é outra história.

Nunca sofri censura, mas no tempo da Ditadura Militar via sempre chegarem funcionários da Polícia Federal na redação do Diário. Eles vinham ao final da tarde na redação com um papelzinho e diziam: “Isso aqui é para o editor”. Eu dizia: “Pode deixar, que eu entrego”. Mas não podia, ele pedia para que fosse lido o que estava escrito ali, porque não podia deixar prova. No papel estava escrito o que era proibido veicular naquele dia. Colegas de faculdade foram presos, como Carlos Lima, por exemplo. Da Tribuna, foi preso Cassiano Arruda e cassados o ex-prefeito Agnelo Alves e também o ex-governador Aluizio Alves.

Eu assisti à implantação do offset no Diário de Natal. Em 31 de maio de 1970, foi lançado em caráter experimental. Saíam quatro páginas impressas em offset encartadas no jornal convencional. A inauguração aconteceu em 12 de junho de 1970 e contou até com a presença do governador do estado à época, o monsenhor Walfredo Gurgel, dentre outras autoridades, como o governador de São Paulo que estava em visita à Natal. Eu fotografei este momento como repórter do próprio jornal.

E seu Alves gostava de contar aquela história de que peregrinou por todos os bancos do estado em busca de empréstimo para a compra do maquinário, que não conseguia, porque achavam que ele era um sonhador, e apelou então para um banco norte-americano, conseguiu o empréstimo que pagou em 36 meses. Ele dizia ainda que quando comprou os equipamentos, viu outro problema, a redação na Ribeira era pequena para abrigar o novo maquinário.

E começou uma nova novela, mas dessa vez conseguiu um empréstimo no Bandern para a construção de uma nova sede para o jornal. O novo Diário foi se estabelecer na av. Deodoro da Fonseca, onde ficava a Rádio Poti. Redação, parte administrativa, comercial e contabilidade e, numa parte mais baixa, a máquina impressora.

Trabalhávamos cercados por bobinas de papel, que eram gigantes. Quando a máquina começava a funcionar, era um barulho tremendo, tínhamos que gritar para nos comunicar. E era tudo maravilhoso, vivíamos e sentíamos aquela coisa do fazer do jornal. Na madrugada, saíam os carros do jornal para distribuir as edições pelo interior do estado e assim o Diário alcançou todos os municípios.

Foi toda uma preparação, veio uma equipe de São Paulo para ensinar a fazer a paginação do jornal. A princípio, o jornal continuou a ser confeccionado em chumbo quente, mais adiante com a aquisição de novas máquinas passou à composição de texto mista, quente e fria. O computador só foi implantado bem depois.

Passei pelo Diário em três momentos da minha vida. O primeiro deles de 1970 a 1974; o segundo, de 1974 a 1977, como correspondente da ANDA, agência de notícias dos Associados; e o terceiro, de 1992 a 1998, como editora do DN Educação, e, depois, como coordenadora do projeto LER.

Conversei com Albimar Furtado, que era o diretor do jornal à época e sugeri o DN Educação. Começamos com oito páginas,

que logo viraram dezesseis. E eu fazia tudo no início, editora, pauteira, repórter. Depois vieram colaboradores freelancers que faziam algumas matérias, poucas, porque o jornal não podia pagar.

O primeiro deles foi Paulo Francisco, que era correspondente da Folha de S. Paulo. Depois, foram deslocadas da redação as repórteres Valéria Credídio e Rejane. Também na minha época fizeram parte do DN Educação os repórteres Francisco Francerle e Eugênio Parcelle, além da diagramadora Silvana Belquiz.

O DN Educação me deu a oportunidade de conhecer Paulo Freire, quando ele veio ao Rio Grande do Norte em 1993, trinta anos após a implantação do seu método de alfabetização em 40 horas, no município de Angicos. Sua vinda foi uma iniciativa do então Secretário de Educação do estado, professor Marcos Guerra, para um encontro do mestre com os seus ex-alunos e ex-professores (monitores) da experiência. Nessa ocasião, o DN Educação circulou com uma edição especial, revivendo, aquela experiência inovadora implantada em 1963 e extinta pelo Golpe Militar. Foi um momento único. O jornalismo nos proporciona a experiência de vivenciar os fatos e registrá-los.

Também implantamos um programa para geração de leitores, o Projeto Ler, em 1994. Os jornais do dia anterior eram levados gratuitamente para as escolas com o objetivo de incentivar os jovens a cultivar o gosto pela leitura a partir da leitura do jornal.

A professora Neide Varela, da UFRN, acompanhou a parte pedagógica do projeto. Íamos eu e ela em visita às escolas inscritas no projeto, treinávamos os professores a utilizarem o jornal através de todas as disciplinas curriculares. No final do ano, preparávamos uma festa, as crianças apresentavam jograis, peças de teatro, tudo a partir da leitura do jornal.

Passei a ser professora da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza em 1971, lecionando a disciplina de História do Jornalismo. Geraldo Queiroz era o diretor do curso e eu me angustiava porque não havia bibliografia e eu não tinha tempo. Pensei em deixar, mas Geraldo insistia, então eu ficava. Depois fui professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando a faculdade foi incorporada à Universidade, em 1976.

Fui chefe do departamento de Comunicação Social da UFRN, fiz mestrado e doutorado em educação (em 1983 e 2001, respectivamente), com estudos sempre voltados para o campo da mídia, inclusive tive o privilégio de ter como orientador o professor Carlos Eduardo Lins e Silva. Fui diretora do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN (1987-1991), Superintendente de Comunicação (2002-2007) e Diretora da TV Universitária (2003-2007). Foi esta a minha trajetória e a minha história no jornalismo.



Posfácio

**As portas vaivém do Diário
de Natal, Maria Saberé,
Cascudo e o lobisomem**

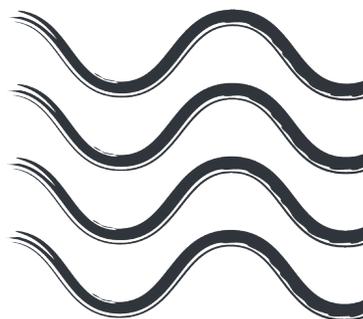
Por Emanuel Barreto



Acredito que a vida não é o tempo que passa, mas o momento vivido – qualquer que seja esse viver em gesto, arrojo ou pensamento. Ou seja: para mim, valem tanto a veemência do grito quanto o momento interior e íntimo. É que os rumores e intensidades do mundo, quando captados e processados no silêncio feroz e às vezes contraditório do instante humano e sigiloso ajudam a fixar e a delinear o passo seguinte: a antevisão do caminho; as cautelas a se tomar na curva perigosa; a trama sórdida e traiçoeira do xadrez político;

a vingança tramada durante a insônia; a mão a ser estendida; o abraço a não ser recebido, pois nem sempre é bom dar a outra face. São alguns exemplos: isso e muito mais formam o momento vivido, suponho. Pensar e tramar são uma forma do fazer.

Viver é também ter calma, calma e paciência de arqueiro chinês, uma vez que há fervor na mirada de espera; serenidade é também firmeza. Ou frieza. Creio que tudo isso esteja reunido e em movimento interno ao homem. Que afinal,



tomado de decisão vai disparar o arco para o bem ou para o mal. Então, muitas vezes de repente, aquilo que foi pensado explode no mundo como dor ou solidariedade, fulgurância de gol ou sirene de ambulância, anúncio de mais um corrupto interceptado ou notícia de que o Poder manterá, apertado e bem firme, o garrote no pescoço do povo. E quando tudo isso se espalha no jornalismo, saiba: é como estalo de dedo, um salto de lado, rasteira de capoeirista mestre, descida sem freio. Acontecimento e notícia se encontram na mesma fagulha, corisco ao meio-dia. O jornalista percebe instantaneamente; tudo se dá num átimo – aquela porção ínfima de tempo que os relógios não aprenderam a calcular, mas o repórter sim. Ele descobre o fato, o editor esculpe a manchete e o fotógrafo, olho de lince, captura o flagrante. Chame de *serendipity*, faro, sensibilidade, paixão, técnica, experiência, repertório, jogo de cintura, até mesmo uma certa perícia de *voyeur*. Chame do que quiser; mas o que repórter deve ter, do editor se exige e do fotógrafo se requer é a consciência de que as coisas se passam no tempo e se manifestam naquilo que eu disse lá em cima: é imprescindível o momento perplexo, trágico e humano para haja efetivamente *vida*. E assim que a vida se faz notícia; e que tal narrativa faça

sentido, mesmo com a improvável exatidão que habita a condição humana de quem a produziu.

Gabriel García Márquez traduz muito bem a relação do jornalista, esse habitante de um mundo de retalhos: catar notícias em sega que não termina nunca. Ele diz: “Porque o jornalismo é uma paixão insaciável que só se pode digerir e humanizar mediante a confrontação descarnada com a realidade. Quem não sofreu essa servidão que se alimenta dos imprevistos da vida, não pode imaginá-la. Quem não viveu a palpitação sobrenatural da notícia, o orgasmo do furo, a demolição moral do fracasso, não pode sequer conceber o que são. Ninguém que não tenha nascido para isso e esteja disposto a viver só para isso poderia persistir numa profissão tão incompreensível e voraz, cuja obra termina depois de cada notícia, como se fora para sempre, mas que não concede um instante de paz enquanto não torna a começar com mais ardor do que nunca no minuto seguinte”.

É verdade; jornalismo é impulso, pulsão, necessidade que de repente se descobre e da qual não se quer mais largar. Numa ditadura ninguém é preso por ser médico, dentista, engenheiro ou vendedor de vinho. Mas alguém pode ser preso por ser jorna-

lista. Não tente explicar como e por que se busca tal e labiríntico ofício. Os depoimentos de todos os jornalistas neste livro confirmam o que digo. Simplificando: você é jornalista e pronto. Quer ver? Alguém pode obrigar um filho a estudar medicina; mas você já viu alguém obrigar um filho a cursar faculdade de jornalismo? *Con su permiso*, vou citar a mim mesmo, pois minha família esperava me ver médico ou advogado.

Para mim, o jornalismo começou assim: era noite. Uma noite de julho de 1974, coisa de oito horas e uns minutos, quando fui recebido por Luiz Maria Alves, todo-poderoso superintendente do Diário de Natal/Rádio Poti, órgãos dos Diários e Emissoras Associados. Eu tinha 23 anos, cursava direito na UFRN e havia tomado uma decisão: procurar um dos homens mais influentes do Rio Grande do Norte e lhe fazer um pedido com toda a sem cerimônia: “Eu quero saber do senhor se posso trabalhar no jornal”. A ideia me surgira de repente e resolvi procurar alguém que para mim era um enigma, um desafio enorme, muralha e assimetria frente à fundura do meu anonimato. Mas eu gostava de escrever – escrevia uns contos somente lidos por mim – e pior: sabia que jamais seria advogado, muito menos médico. Então, resolvi procurar o jornalismo. E o primeiro nome que me veio à cabeça foi o

de Luiz Maria Alves. E isso se devia à força e ao prestígio do jornal e da rádio que ele dirigia com talento, carisma e pulso. Essa era a difusa imagem que dele eu tinha. E lá me fui para aquele encontro não marcado. Cheguei. Ele estava com visitas e vi-me obrigado a esperar por mais de meia hora. Cansei. Quase desisti – na verdade fui embora, mas voltei do meio do caminho. Isso me valeu ser recebido. Após ouvir meu pedido, o mestre do Diário pôs as mãos espalmadas nos quadris – gesto bem característico seu – e fitou-me com um par de olhos que quase se escondiam entre as arabescas rugas do rosto ancestral. Ficou em silêncio. A redação estava vazia, as máquinas de escrever repousavam sobre os birôs como se fossem bichos mecânicos à espera de comando. Num canto, amontoavam-se enormes bobinas de papel de impressão; ao fundo a para mim portentosa impressora do mais poderoso jornal do estado. A redação parecia enorme. E eu me sentindo minúsculo. Ouvei então resposta que quase me desmantelou. E ela chegou numa enxurrada de apenas de três palavras: “Sabe falar espanhol?” – a voz grave de Luiz Maria Alves inundava meus ouvidos como uma charada, um drible inesperado, uma jogada matreira, rabo de arraia; e pensei, quase estarecido: “A coisa é mais complicada do que eu esperava; pra que falar espanhol?”

Reuni todas as minhas forças e respondi prontamente: “Falar, não falo. Mas, se estiver escrito, eu leio”.

Quase entrevi um sorriso de satisfação na cara longeva de Seu Alves – o Coroa – como era chamado na redação. E explicou-me: o jornal estava precisando de alguém para trabalhar: seria para um expediente que começaria a partir de meia-noite e iria até às seis da manhã do dia seguinte traduzindo telegramas da *United Press International-UPI*. A coisa toda se dava da seguinte maneira: o material para a América do Sul vinha diretamente de Nova Torque em espanhol, via teletipos. A filial brasileira – acho que ficava no Rio – recebia os textos, fazia a tradução até à meia-noite e distribuía aos jornais assinantes. Então, encerrava os trabalhos e, retransmitindo a matriz americana, passava a enviar automaticamente textos em espanhol para todo o país, os teletipos matraqueando sem parar. Eram metros e metros de papel dia e noite. Eu entrava aí: fazia a tradução na madrugada deixando pronto o material para ser publicado pela editoria de noticiário internacional na próxima edição.

Você deve ter notado que isso era uma coisa de louco. Mas respondi: “Aceito”. Saí do jornal com o emprego garantido, ou quase:

eu deveria voltar no dia seguinte. Para um teste. Seu Alves não explicou como isso seria, mas deixou acertado para às oito da noite; lá mesmo, na redação. Para mim, fora uma vitória: jamais havia entrado num jornal, nada entendia de jornalismo, não conhecia ninguém do meio, mas havia conseguido pelo menos um começo. Detalhe: de espanhol eu conhecia apenas o que lera num livrinho publicado pelo governo daquele país: *“Espanã, hechos y cifras”*, algo como “Espanha, fatos e números”, onde eram expostos resultados auspiciosos de políticas públicas. Não sei como, mas o livro apareceu em minha casa. Despertou-me grande interesse e consegui, com dedicação e intuição, compreendê-lo por inteiro. Quando não entendia uma palavra, valia-me do contexto da frase e dava conta do sentido. Como eu não dispunha de dicionário, havia palavras que não compreendia de jeito nenhum, mas isso não iria me impedir de tentar a redação do Diário. No horário marcado, lá estava eu. Sentei-me a um birô e fiquei frente a uma máquina de escrever. Seu Alves, munido de um livro do escritor, cronista, poeta e pintor Newton Navarro, começou a ditar como se estivesse apresentando um monólogo: ou seja, ele não estava apenas lendo; estava in-ter-pre-tan-do. Como um ator. Falava de forma a me obrigar a datilografar com rapidez. Mas eu tinha um trunfo: havia feito curso de datilografia e batia com os dez dedos. Assim, era muito

ágil. Consegui manter o ritmo. E quando ele ditou o ponto final daquele trecho de “Os mortos são estrangeiros”, fiz o mesmo na máquina e pressionei a tecla: “Tec!”; e pronto: ponto final.

Ele leu e gostou: não havia erros de português ou palavras rebatidas, eu não havia deixado de datilografar nenhuma palavra ou trocado letras. “Muito bem”, disse. “Agora vamos aos conhecimentos gerais”. E começou a questionar-me: coisas como notícias recentes, questões políticas, fatos importantes, vultos históricos. Falamos sobre comércio multinacional e veio a pergunta-fecho: “O que é Alalc?”

A estranhíssima palavra é – na verdade era –, uma sigla. Respondi: “Alalc quer dizer Associação Latino-Americana de Livre Comércio”. A entidade, embrião do Mercosul, não era muito conhecida, tinha limitado espaço no jornalismo devido à sua pouco expressiva atuação. Assim, fora a armadilha ideal para verificar se eu gostava mesmo de ler, de manter-me atualizado e denotar informação a respeito de assunto que não fazia parte do universo da maioria dos jovens. Respondi, e ele gostou: “Você parece saber das coisas”, foi o elogio recebido. Como estávamos numa sexta-feira, Seu Alves disse que eu deveria comparecer ao

jornal na segunda-feira seguinte. Iria me apresentar à direção de redação. Levantei-me, trocamos um aperto de mãos e dirigi-me à saída. As portas da redação eram daquelas de filmes de caubói: eram portas vaivém, o que trazia à minha memória a longínqua sensação de estar entrando num *saloon*, dando largada a uma aventura. Começava ali minha correria pelo jornalismo: abrindo as portas do *saloon* do Diário de Natal, onde as notícias voavam no tiroteio do teclado das máquinas, havia fumaça de muitos cigarros, a redação era eminentemente masculina e se bebia café, muito café. Café aos litros; café, o Bourbon dos velhos jornais.

Veio a segunda-feira e às duas e meia da tarde fui apresentado por Luiz Maria Alves ao jornalista Cassiano Arruda. E Seu Alves disse, apontando para mim: “Ecce hommo”. Isso deu-me a entender que já havia falado a meu respeito com o pessoal de comando da redação. Cassiano, já então um jornalista consagrado, cumprimentou-me e em seguida fui levado à presença de Alexis Gurgel, editor do noticiário policial. Quando começamos a conversar – eu, ele e Seu Alves –, fui informado de que meu emprego de tradutor de telegramas já não mais existia: Alexis iria assumir a editoria do noticiário nacional e internacional e eu iria para o seu lugar no noticiário policial. A ideia inicial do trabalho

noturno jamais seria posta em prática. “Tudo bem”, eu disse. Mas, arcar com algo assim requeria experiência, coisa que eu não tinha: iria na prática assumir a posição de editor sem jamais ter sido repórter e a responsabilidade de ser redator sem nunca ter escrito uma notícia. Jamais tivera qualquer contato com a coleta de informações, nenhuma convivência com a vida do crime e sua face trágica, os dramas humanos e a sua narrativa. Mas Alexis era um figuraço e passou-me o serviço, iniciando-me nos rudimentos do texto jornalístico. A editoria contava também com a presença de Pepe dos Santos – apelido de Eletiel Bezerra da Câmara, um extraordinário repórter, apesar de ter apenas o antigo curso primário, se tanto – e Paulo Saulo, tremendo fotógrafo.

Dia seguinte, comecei a trabalhar: Pepe trazia-me seus textos, na verdade, um emaranhado de informações. Bem apuradas, exatas, detalhadíssimas; mas de tal maneira confusas em matéria de coerência e compreensibilidade que quem as reescrevia era chamado de “tradutor de Pepe” – de alguma forma eu fora contratado como tradutor... Com a vivência, chegaram-me também o crescente domínio de texto, a noção da perspectiva jornalística dos fatos, sua valoração e o sentimento de repórter, pois eu também ia a delegacias para entrevistar criminosos ou

simples desordeiros. Dentre aqueles, lembro de alguém: Maria Saberé – para mim isso não era nome ou apelido, era biografia em duas palavras, era sina. Uma bêbada. Vagava pelo território noturno das Rocas, emburacava nos bares xexelentos da Ribeira e aprontava estupendas confusões com gritarias e quebra-quebras que resultavam inevitavelmente num mesmo destino: uma cela fria da delegacia mais próxima. Até hoje seu fantasma assombra minhas lembranças quando ingresso no nebuloso território da memória e me vejo reabrindo com certa amargura as vaivéns de *saloon* do hoje brumoso e inexistente Diário de Natal. Saberé era personagem contumaz da coluna que eu produzia além do noticiário. A coluna tinha o nome exemplar de Ronda, e era feita com as sobras de matérias, a escória do noticiário, os fatos mais minúsculos e marginais dentre os fatos marginais que compunham o meu trabalho. Mas eu fazia tudo como se estivesse preparando a maior manchete do mundo. Você leu o que registrei sobre Gabriel García Márquez. Pois é aquilo mesmo.

Além de Saberé, lembro também do assassino José Vilarim Neto, de 25 anos, chamado de o monstro de Capim Macio. Na noite de 8 agosto de 1975, chacinou uma família na granja de mesmo nome usando um rifle calibre 22. À época, a região era um ambiente

silvestre, retiro de famílias em finais de semana e, claro, um ótimo lugar para moradia de quem quisesse sossego e paz. Mas foi naquele paraíso que se deu a tragédia que chocou Natal, transformando Vilarim numa espécie de besta assassina, figura pavorosa que permeava de medo o imaginário popular. Quando preso, mais de uma semana depois, cheguei a entrevistá-lo: deu declarações confusas e não explicou o acesso de fúria que resultou na morte de Alexe Flena, de sessenta anos, e suas netas Carla, treze anos, e Anthonieta, onze anos, além da empregada doméstica Ana Lúcia, de quatorze anos, grávida. Praticou necrofilia com uma das crianças e atirou os corpos num buraco que havia cavado nos fundos da casa. Tentou matar a mãe, a professora alemã Ruth Looman, que chegou à granja após a tragédia. Mas Ruth, mesmo ferida a tiros no ombro, conseguiu enfrentá-lo, refugiar-se em casa e salvar a vida de Astrid, a filha que a acompanhava.

Ainda hoje recebo e-mails pedindo informações a respeito dos crimes. Pessoas leem meu blog, Coisas de Jornal, onde relato o caso, e enviam-me mensagens. Querem saber como estão as sobreviventes e se na casa que hoje ocupa a área da granja há um determinado tipo de árvore. Alguém informa que é espírita e busca saber onde ficava a granja. Parece que quer fazer algum

tipo de contato com as almas das vítimas, coisas assim. Outro e-mail garante: “É muito importante saber o que aconteceu”. Infelizmente, não tenho respostas a respeito das sobreviventes. Não tenho como atender a esses gritos que me chegam vindos da casa do terror. Deixei o Diário ao fim de onze meses de trabalho e fui para a Tribuna do Norte. A sequência da vida levou-me também a A República, Jornal Dois Pontos, Jornal de Hoje, e idas e vindas entre Tribuna do Norte e Diário de Natal, além de TV Ponta Negra e TV Universitária, não necessariamente nessa ordem.

Utilizei-me desses aspectos autobiográficos como forma de mostrar os dias de um jornalista: seja quando entrevistamos artistas como Astor Piazzolla, apertamos a mão de Yasser Arafat ou convivemos como pessoas como o cartunista Henfil, como fiz, ou quando nos metemos em cenas de crimes como o que ocorreu numa espelunca do Canto do Mangue, Rocas, onde um detento conhecido como Mansinho matou com mais de setenta golpes de faca a amante que o traía com um policial da Colônia Penal João Chaves, o mesmo que a levava ao encontro com Mansinho. Nem Nelson Rodrigues inventaria algo assim. O crime se deu no banheiro. E ali, o que vi quando cheguei foi literalmente um banho de sangue. Do lado de fora da espelunca, desesperado ante a

porta trancada, o policial apaixonado nada podia fazer enquanto a mulher gritava horrivelmente. Mansinho desferiu o último golpe e fugiu pelo telhado. Somente foi capturado após duas semanas. Eu chegara ao local pouco depois, alertado por um telefonema, e flagrei ali a cena mais horrenda da minha vida: o corpo sanguinolento e despido da mulher sendo atirado a um caixão de lata por funcionários do Instituto Técnico-científico de Polícia-Itep. Era coisa de uma e meia da tarde. Acompanhou-me o fotógrafo Iremar Araújo, o Bárbaro, estupendo profissional. Ao fundo, o Potengi reluzia; lindo, lindo...

Caso eu não tivesse ingressado no jornalismo, teria dois caminhos a seguir: assumir um emprego na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para onde tinha sido aprovado para trabalhar como burocrata, e, paralelo a isso, terminar o curso de Direito e ter uma vida cotidiana no escritório e nos processos. Mas preferi fazer a curva. Como visto nos depoimentos deste livro, jornalismo não é exatamente uma profissão, vai além disso. Jornalismo não se resume a uma “vontade de escrever”, é muito mais. Você precisa ser capaz de passar uma noite ao relento para cumprir uma pauta, expor-se a um tiroteio, entrar em um carro que vai correr a mais de cento e cinquenta quilômetros

por hora para fazer o levantamento de uma matéria e voltar no mesmo dia para a produção de um texto à quente. Dependendo da editoria, vive essas coisas constantemente. Certa vez, passei a noite inteira num alpendre, a cerca de trezentos metros da casa onde dormiria o papa João Paulo II, em Ponta Negra. Era o ano de 1991 e Natal sediaria, de 6 a 13 de outubro, o XII Congresso Eucarístico Nacional. Mas, como o Papa havia sofrido aquele chocante atentado em Roma, a 13 de maio de 1981, a direção do jornal julgou ser válida a presença vigilante de um repórter durante toda a primeira noite do Papa em Natal. Só por precaução... Em companhia do fotógrafo Marcus Ottoni, parti para a tal casa próxima ao local do austero refúgio. O Papa protegido. Nós, ocultos pela escuridão e envoltos no frio. E passamos a noite vigiando o sono de João de Deus. Nada ocorreu. Não tentaram matar o Papa. Não flagramos ninguém em atitude suspeita. Mas aprendi uma lição: descobri o jeito de produzir o antitexto, ou seja: contar em detalhes como nada tinha acontecido. Como? Simples: contando como os passantes caminhavam pela praia, a luz da lua se deslocando no céu, o pescador que chegava com sua jangada, a estrela cadente riscando seu caminho de fogo.

Que o jornalismo é paixão isso já ficou aqui muito claro. Não acho que seja heroico, mas deve ser corajoso e respeitado; como também deve ser criticado quando falha ao distanciar-se da ética e da honradez. E mesmo sem heroísmo, arriscar-se é típico da profissão. Risco que assumi ao lado de Dermi Azevedo e Arlindo de Melo Freire ao fundar, no dia 1º de outubro de 1977, em plena ditadura, a Cooperativa dos Jornalistas de Natal-Coojornat. Dermi presidente, Arlindo vice e eu secretário. Não lembro o número total de associados iniciais. A sede ficava na rua São Tomé, Centro. Mas os aparelhos de vigilância e repressão da ditadura estavam atentos e uma bela noite um agente do sistema compareceu à minha casa, passando-se por jornalista. Queria saber *tudo* sobre a Coojornat e, claro, que eu desse pistas do posicionamento ideológico do grupo. Percebendo a armadilha, disse-lhe apenas que éramos profissionais interessados em ampliar o mercado de trabalho.

O sujeito era intelectualmente um indigente: utilizou a tática de fazer acusações ao general Geisel, então comandante da República. Com isso, entregou-se. Esperava uma refrega, mas obteve apenas uma conversa polida que depois evoluiu para uma certa rigidez. Endureci o diálogo, manifestei que suspeitava dele

e pedi que apresentasse credenciais: a incrível quantidade de identidades profissionais que me mostrou o desmentia. Perguntei afinal o que realmente queria e ele confessou: conhecer o estatuto de cooperativa. Como eu tinha uma cópia em casa, peguei o calhamaço e lhe entreguei. E avisei: “É igual ao da Coojornal, do Rio Grande do Sul, com pequenas modificações para ajustes à realidade local”. Frustrado – certamente esperava algum documento terrível, com planos secretos para a tomada do poder –, disse-me que sendo assim não o queria, pois já tinha o estatuto da Coojornal. Eu então já estava de pé e estendi-lhe a papelada. O encontro estava encerrado e ele *teria*, mesmo sem querer, de levar o que viera buscar. Notei que o tipo ficou envergonhado. Recebeu o que eu lhe entregara e sumiu na noite para nunca mais voltar. Devo lembrar que o cartunista Henfil teve papel preponderante e colaborou muito com o projeto, mesmo sem dele participar formalmente. Ao deixar Natal, anos depois, doou seu telefone à cooperativa. Um telefone então era artigo caríssimo que chegava a integrar testamentos.

Permaneci no jornalismo diário por vinte e cinco anos, até ingressar na UFRN, por concurso, como professor de impresso, oficina de texto e reportagem pesquisa e entrevista. Fiz mestra-

do e doutorado em Ciências Sociais. Criei a versão televisiva do programa Xequê-Mate na TV Universitária e apresentei o programa Grandes Temas. Antes, estive na TV Ponta Negra onde criei e dirigi o Jornal do Dia, especialmente formatado para ser apresentado por Micarla de Sousa, que à época não tinha intenções políticas. Foi o período quando mais tive liberdade para fazer um jornalismo firme e incisivo. Sugeri, e ela aceitou, que deveríamos fazer entrevistas de confronto com políticos e outros mandachuvas. Ao longo de todo esse tempo, cumpri apenas o que de mim eu mesmo esperava, com dedicação e paixão. O mesmo que faço agora, ao posfaciar este livro de Gustavo Sobral e Juliana Bulhões, talentos que conheço desde as aulas no Setor II do Campus Central da UFRN. Ele, jornalista e escritor. Ela jornalista, escritora, professora e doutoranda em Comunicação. Estudiosos, metódicos, decididos, cumprem com entusiasmo e arte a descoberta da história ao ouvir profissionais que fizeram e fazem jornalismo no Rio Grande do Norte. Têm sim os signos expressos por Márquez e trazem a público tais registros. Historicizam a história de repórteres e lembram o que eles fizeram e fazem.

E ainda falando do que disse a respeito de tempo e vida no jornalismo lembro o repórter Georges Duroy, em *Bel Ami*, de Guy

de Maupassant. Para aquele, o jornalista “deve estar sempre atento, e sempre em guarda, desconfiado, previdente, esperto, alerta e flexível, armado de todas as astúcias e dotado de um faro infalível para descobrir a notícia falsa ao primeiro olhar, para julgar o que deve ser dito ou calado, para adivinhar o que influenciaria o público. E devia saber apresentá-lo de tal modo que o efeito se multiplicasse”.

Afora a *malandragem* quanto àquilo que “deve ser dito ou calado”, é isso mesmo: o repórter tem um acordo, algo como um contrato com o imprevisível, esse cotidiano posto pelo avesso. Hoje os jornais não têm mais as máquinas de escrever, nem aparecem jovens pedindo emprego para trabalhar de madrugada, ou pessoas como Pepe dos Santos e Paulo Saulo, profissionais forjados na dureza do dia, de cada dia em que viveram seu jornalismo. Os depoimentos aqui dispostos dão uma ideia bastante exata do que seja o jornalismo de há trinta ou quarenta anos atrás, até hoje. Mas, entenda, essa profissão não muda nunca: mudaram as máquinas de escrever. Foram substituídas pelos computadores, essas máquinas que maquinam. Mas o jornalismo, em essência e consistência, será sempre o mesmo. Com todos os enormes defeitos e qualidades do jornal, com todas as suas possibilidades

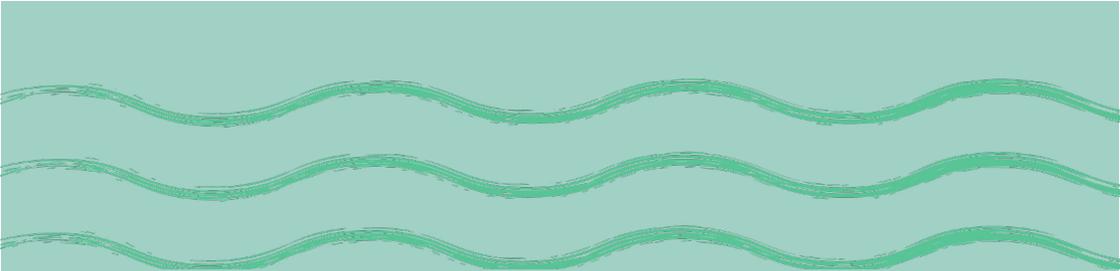
e limitações, com as incertezas a respeito da preservação do jornal impresso, pauta é pauta, notícia é notícia, e jornalista sempre será jornalista, sob o sol ou sob a chuva.

O passar das páginas de lembranças são, neste livro, mais que reminiscências. Assumem aspecto documental, como documental é o próprio jornalismo. Se vê o testemunhal de profissionais dedicados, jornalistas com quem trabalhei. O tempo, mais uma vez o tempo, será o senhor sempre dos jornais. Seja para a sua feitura, seja para que, ao caldear da História, sejam julgados pelas suas posições, erros, acertos, fracassos, verdades ou meias verdades. Jornais trabalham a vida a partir do emotivo; desde aqueles com manchetes que gritam a morte e a dor até os ditos mais responsáveis e sérios. Mas todos trazem ao sol os pedaços, os recortes, às vezes os fiapos do mundo, especialmente quando tratamos do mundo dos perdidos e desacertados, dos perseguidos e acoissados, a arraia-miúda que habita cortiços, vilas, favelas, filas e abandonos.

Mas as folhas trazem também histórias como uma que vivi com o professor Luís da Câmara Cascudo. Durante uma entrevista, o sol já se pondo, a conversa, não sei como, encaminhou-se para

coisas místicas, fé, crença, coisas de Deus. O Professor disse não sei o quê a respeito do assunto religião e aquilo fez surgir em mim uma dúvida: “Será que o Professor é ateu?” – e perguntei na hora: “Professor, o senhor acredita em Deus?” Ele mirou-me com aquele seu olhar arcano e pontuou: “Sim. Sim. Acredito em Deus, quero bem a Nossa senhora e tenho medo de lobisomem”. A sala estava à meia-luz. A silhueta de Cascudo à minha frente, recortada em aura ao meu olhar, transformou-o ante minha imaginação numa espécie de ancestral falando de coisas impenetráveis, histórias antigas, coisas brotadas das nebulosas existências dos velhos sertanejos. E veio naturalmente a indagação: “Professor..., o senhor acredita em... lobisomem?” – franzi a testa.

Ele sorriu e respondeu: “Barreto, se eu estou com você aqui, as luzes prestes a se acender; se estivermos aqui nesta sala, os carros correndo na avenida lá fora e nós cercados de gente, eu lhe digo que não, que não creio em lobisomem. Mas se eu estiver no sertão numa noite de sexta-feira, o cavalo cruzando uma vereda solitária, a cruviana batendo na crina do cavalo, o frio do medo solitário arrepiando o meu cabelo, aí eu lhe digo, Barreto: sim, Barreto, eu acredito em lobisomem”.



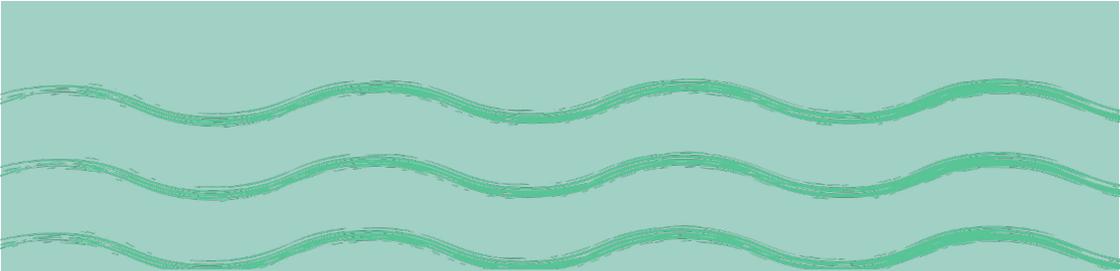
Agradecimentos

Uma obra como esta não é feita da noite pro dia, muito menos passa por poucas mãos. Assim, agradecemos aqueles que colaboraram em todas as fases do desenvolvimento da pesquisa.

Agradecemos principalmente aos jornalistas que relataram as suas memórias para compormos essa história: Albimar Furtado, Ana Maria Coentino, Cassiano Arruda, João Batista Machado, Vicente Serejo. Foram vários encontros, conversas, telefonemas e e-mails com cada um deles.

Ao professor Emanuel Barreto que não só nos presenteou com o posfácio, mas também colaborou, participando ativamente desde o início do projeto. Suas sugestões valiosíssimas apontam à necessidade de uma coletânea maior, capaz de registrar plenamente as gerações de jornalistas do Rio Grande do Norte.

Ao nosso amigo Helton Rubiano que, com a sua experiência e conhecimento editorial, foi o responsável pela preparação dos textos originais.



Ao jornal Novo Jornal, em especial aos jornalistas Cassiano Arruda, Carlos Magno Araújo, Everton Dantas e Jalmir Oliveira, pela publicação de série homônima, publicada nas edições impressa e online do veículo no ano de 2017, com trechos dos depoimentos aqui apresentados.

E, por fim, agradecemos à Caravela Selo Cultural, na pessoa de José Correia, o editor, pelo convite para publicarmos nosso livro junto à coleção Natal 420 anos, que reúne uma seleção apurada de obras dedicadas à nossa cidade.



NATAL 420 ANOS



<i>Projeto</i>	Natal 420 Anos
<i>Órgão de fomento</i>	Programa Municipal de Incentivos Fiscais a Projetos Culturais Djalma Maranhão
<i>Patrocínio</i>	Colégio CEI – Romualdo Galvão
<i>Título</i>	Memórias do Jornalismo no Rio Grande do Norte
<i>Organizadores</i>	Gustavo Sobral Juliana Bulhões
<i>ISBN</i>	978-85-69247-72-2
<i>Editora</i>	Caravela Selo Cultural
<i>Série</i>	Humanidades I
<i>Coordenação editorial</i>	José Correia Torres Neto
<i>Revisão de texto</i>	Helton Rubiano
<i>Revisão tipográfica</i>	José Correia Torres Neto
<i>Normalização bibliográfica</i>	Verônica Pinheiro da Silva
<i>Imagem da capa</i>	Anderson Gomes do Nascimento
<i>Capa, Projeto gráfico e Edição eletrônica</i>	Amanda Marques
<i>Formato</i>	E-book PDF
<i>Tipologia</i>	Oswald, Comfortaa e Clear Sans
<i>Local e data</i>	Natal (RN), 2017/2018



PREFEITURA DO
NATAL
A NOSSA CIDADE

PROGRAMA
DJALMA
MARANHÃO

